

1ª Reunião Ordinária do
**Conselho Superior
do Centro de Altos
Estudos em Controle e
Administração Pública**

**SESSÃO PLENÁRIA
VIRTUAL**

23 de setembro de 2021



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTROS

Ana Arraes (Presidente)
Bruno Dantas (Vice-Presidente)
Walton Alencar Rodrigues
Benjamin Zymler
Augusto Nardes
Aroldo Cedraz
Raimundo Carreiro
Vital do Rêgo
Jorge Oliveira

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti
Marcos Bemquerer Costa
André Luis de Carvalho
Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado da Costa e Silva (Procuradora-Geral)
Lucas Furtado (Subprocurador-Geral)
Paulo Soares Bugarin (Subprocurador-Geral)
Marinus Eduardo de Vries Marsico (Procurador)
Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador)
Sérgio Ricardo Costa Caribé (Procurador)
Rodrigo Medeiros de Lima (Procurador)

1ª Reunião Ordinária do
**Conselho Superior do Centro
de Altos Estudos em Controle
e Administração Pública**

Brasília, 2021



© *Copyright* 2021, Tribunal de Contas de União
Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

<https://portal.tcu.gov.br>

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Degração da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública – CECAP/TCU, realizada em sessão plenária virtual do CECAP, em 23 de setembro de 2021, em Brasília-DF.

Sumário

- 6** Ministra-Presidente do TCU e Presidente do Cecap **Ana Arraes**
- 9** Diretora-Geral do Instituto Serzedello Corrêa e Secretária Executiva do Cecap **Ana Cristina Botelho**
- 14** Secretário-Geral de Controle Externo **Leonardo Albernaz**
- 20** Conselheira **Luiza Helena Trajano**
- 24** Conselheira **Anielle Guedes**
- 28** Conselheira **Ima Vieira**
- 31** Conselheiro **Affonso Celso Pastore**
- 35** Conselheiro **Alex Cavalcante Alves**
- 39** Conselheiro **Carlos Siqueira**
- 42** Conselheira **Cláudia Costin**
- 45** Conselheira **Ellen Gracie**
- 49** Conselheiro **Fernando Rodrigues**
- 52** Conselheiro **Sebastião Helvécio**
- 55** Conselheiro **Leonardo Secchi**
- 58** Conselheiro **Luiz Humberto Cavalcante Veiga**
- 61** Conselheira **Maristela Baioni**
- 66** Conselheira **Tatiana Corrêa Galvão**

Ministra-Presidente do TCU e

Presidente do Cecap

Ana Arraes

Cerimonialista | Senhoras e senhores, boa tarde. Sejam bem-vindos à 1ª Reunião Ordinária do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública – Cecap. Na reunião de hoje, serão reconduzidos 3 (três) membros do conselho e será dada a posse a 13 (treze) novos conselheiros. Para essa reunião, convidamos para a sua fala, a presidente do Tribunal de Contas da União, Ministra Ana Arraes.

Ana Arraes | Boa tarde às senhoras e aos senhores presentes. É com grande satisfação que abro essa 1ª Reunião Ordinária em nova composição do Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública – Cecap, do Tribunal de Contas da União, e o faço já agradecendo a presença de todos. O Cecap foi criado pela Resolução 263/2014, regulamentado pela Portaria 303, também daquele ano, e pela Portaria 305/2019. O Centro tem grande importância diante dos temas que são tratados nos encontros, e do fato de que as discussões trazem aprimoramentos ao controle externo. Os diálogos envolvem representantes de instituições públicas, academia, organismos nacionais e internacionais, e de setores organizados da sociedade. Produzimos, portanto, conhecimento a nos permitir, de maneira efetiva, aperfeiçoar o sistema de controle e a própria administração pública em benefício de toda a sociedade. Para tanto, fazemos questão de que esse Conselho Superior seja composto por pessoas dos mais altos conhecimentos e com ampla capacidade de contribuir para a atuação do controle externo, o que gradua sobremaneira os resultados alcançados pelo Cecap. Não é demais salientar que estamos

muito honrados, senhoras e senhores, por atenderem ao chamamento para tão importante missão. Pois bem, inicialmente informo que, de um total de 17 (dezesete) conselheiros, 13 (treze) completaram 4 (quatro) anos de mandato, encerrando assim sua participação nesse Conselho. Em nome do TCU e do Cecap, registro meus mais sinceros agradecimentos pelo valoroso legado. Dando início aos trabalhos, tenho alegria de comunicar que as conselheiras Nina Silva e Anielle Guedes, e o conselheiro Fernando Rodrigues, aceitaram nosso convite à recondução. Com isso, desfrutaremos por mais tempo de suas ilustres presenças e importantes contribuições ao longo dos próximos anos. Declaro os conselheiros reconduzidos. Na reunião de hoje também declaro empossados 13 (treze) novos conselheiros do Conselho Superior do Cecap, a saber: Affonso Celso Pastore, Alex Cavalcante Alves, Carla Domingues, Carlos Siqueira, Cláudia Costin, Ellen Gracie, Ima Célia Vieira, Leonardo Secchi, Luiza Helena Trajano, Luiz Humberto Cavalcante Veiga, Maristela Baioni, Sebastião Helvécio e Tatiana Corrêa Galvão. Os novos membros, como de costume, foram selecionados e convidados graças a sua expertise em segmentos que, por tão diversos, asseguram os resultados mais frutíferos para os propósitos do conselho, e chegam para enriquecer nossos debates e contribuir, de forma essencial, para o cumprimento de nosso propósito institucional. Estendo-lhes, individual e coletivamente, minhas mais cordiais boas-vindas, certa de que irão abrilhantar ainda mais nossos trabalhos e, conseqüentemente, os rumos da administração pública, e já lhes adianto que há muito trabalho a ser feito. O Conselho Superior do Cecap constitui a principal forma de perceber o ambiente externo e o que a sociedade brasileira espera de nós. Permite-nos trazer para esta Casa percepções multidisciplinares de como a administração pública pode ser aperfeiçoada e conhecimentos estratégicos necessários ao funcionamento de políticas públicas em diversas áreas de atuação governamental. Tenho certeza de que essa parceria continuará a trazer ganhos muito significativos. Andaremos juntos com foco no presente e com visão de futuro, sempre na busca do aperfeiçoamento da máquina pública em prol dos cidadãos. No presente encontro, também aprovaremos o plano de trabalho anual do Conselho, que será apresentado por nosso Secretário-Geral de Controle Externo, Leonardo Rodrigues Albernaz, para posterior apreciação dos conselheiros, conforme

material previamente encaminhado. Informo que os pronunciamentos dos conselheiros e conselheiras serão gravados e, depois, transcritos em ata, na íntegra. Peço que, caso não estejam de acordo com que procedamos dessa forma, manifestem-se. Assim, passo a palavra à Diretora-Geral do Instituto Serzedello Corrêa e Secretária Executiva do Cecap, senhora Ana Cristina Botelho, que fará uma breve apresentação do importante papel exercido pelo Tribunal de Contas da União e pelo Conselho Superior, na gestão pública. Muito obrigada. Boa tarde.

*Diretora-Geral do Instituto Serzedello Corrêa e
Secretária Executiva do Cecap*

Ana Cristina Botelho

Ana Cristina Botelho | Obrigada, Ministra. Boa tarde para a senhora. Boa tarde aos senhores conselheiros e conselheiras, aos colegas do TCU que se encontram aqui presentes nessa 1ª Reunião Ordinária do Cecap. A intenção inicial aqui é passar para os senhores e senhoras um vídeo que conta o histórico e explica como é a atuação do Tribunal, desde que foi criado até o momento atual. Após a exposição do vídeo, também farei uma breve exposição do Cecap, para que os senhores tenham mais conhecimento de como poderão nos ajudar no Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública. Eu peço, inicialmente, para o pessoal do áudio e vídeo passar o vídeo sobre os 130 anos do TCU. É um vídeo que foi feito em homenagem a toda essa trajetória. (Exibição do vídeo). A nossa história é contada através desse vídeo, em homenagem aos 130 anos do Tribunal. Me permitam ler aqui o que Rui Barbosa escrevia, naquela época, em relação ao Tribunal de Contas da União. Ele dizia que *“o Tribunal é um corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura que, colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional, sem risco de converter-se em instituição de ornato aparatoso e inútil”*. Era essa a preocupação dele, que não nos convertêssemos nesse tipo de instituição aparatoso e inútil. Temos demonstrado que não somos instituição de ornato aparatoso e inútil, mas sim instituição que desenvolve suas missões constitucionais de forma autônoma e competente. Tenho certeza de que Rui Barbosa teria orgulho de ver como o TCU cresceu e se transformou ao longo dos anos. Dito isso, vou compartilhar minha tela com os senhores para falarmos um pouco sobre o que é o Cecap para, depois, passar a palavra aos senhores. Nós

somos o Centro de Altos Estudos, a Ministra acabou de dar posse aos senhores e senhoras. Essa é a 1ª Reunião Ordinária do Conselho, e é realmente um prazer estar aqui com os senhores e as senhoras, para podermos fazer essa breve apresentação sobre o que é o Cecap. Como o Cecap surgiu? Foi uma necessidade de fazer uma comunicação constante com a sociedade. Nós temos que fiscalizar: orçamentos públicos da ordem de trilhões, a dívida pública, os municípios, órgãos e entidades da administração pública, temos que fiscalizar também o patrimônio público federal, as renúncias de receita. Nosso desafio é enorme. E contamos com pouco mais de 2.000 servidores, contingente que tem diminuído muito nesses últimos anos. Com tantos desafios e com um contingente tão pequeno, precisamos resolver problemas complexos, precisamos ampliar a sinergia e as conexões, desenvolver o nosso negócio, cumprir nossa missão constitucional, reforçar o nosso papel indutor de políticas públicas, incentivar a governança pública, incrementar a comunicação do TCU com a sociedade, buscar a cooperação técnica, acadêmica, bem como uma visão interdisciplinar. Foi a partir dessas preocupações e desses desafios cada vez mais complexos, que verificamos que o TCU precisava de um espaço para pedir ajuda, principalmente, para pessoas da sociedade que atuam em áreas diversas, que são *experts* em determinadas áreas. Essa necessidade de diálogo foi aflorando e o TCU foi verificando que precisava escutar esses setores da sociedade, para que pudesse cumprir seu papel diante dos desafios. Então, como fazer mais com menos, e como aproveitar essa expertise da sociedade, dos senhores que estão aqui representando a sociedade, para podermos sempre avançar cada vez mais. O Cecap surge justamente para fazer essa ponte, esse diálogo constante, para que possamos cumprir nossa missão de aperfeiçoar a administração pública, em benefício da sociedade, por meio do controle externo. Para que possamos também cumprir a visão do TCU que é, justamente, ser reconhecido como uma instituição de excelência, no controle e no aperfeiçoamento da administração pública. Por isso, o Tribunal resolveu, em 2014, na gestão do Ministro Benjamin Zymler, constituir o Cecap pela Resolução 263/2014. A partir de então, fizemos a Portaria 303/2014, que é o regulamento do Cecap. Essa Portaria sofreu uma alteração em 2019, que permitiu a recondução dos conselheiros do Cecap. Antes, na Portaria 303/2014, tínhamos um Conselho com um mandato de 2 (dois) anos,

com a Portaria 305/2019, esse mandato foi ampliado por mais 2 (dois) anos, permitindo a recondução. A designação dos conselheiros que estão aqui nessa reunião foi feita pela Portaria 107/2021. Então, o que é o Cecap? É um órgão colegiado, de natureza consultiva e de caráter permanente, vinculado ao Gabinete do Presidente do TCU. O Cecap tem suas competências definidas no artigo 2º da Portaria 303/2014, e dentre elas, as que reputo muito importantes são “produzir e disseminar conhecimentos relevantes à atuação do controle externo”, “sugerir ações institucionais para o aperfeiçoamento do sistema de controle” e “promover ações de cooperação, estudo e pesquisa”. Estamos aqui para dialogar, para incentivar grupos de pesquisa, para estudar sobre o que podemos aperfeiçoar na administração pública, para cumprir a nossa missão. Temos várias funções no Cecap, como produzir e disseminar conhecimentos que sejam relevantes para a atuação do controle externo. O Cecap tem essa natureza também de sugerir ações institucionais, promover ações de estudo, coordenar o diálogo interinstitucional e multidisciplinar porque, cada um dos senhores, como já falei, tem essa expertise em determinadas áreas, e essa expertise vai ser muito para o Tribunal. Também podemos organizar, no Cecap, eventos relativos a várias áreas de atuação. Elaboramos um Plano de Trabalho para que sirva de guia, para que nossas ações sejam executadas. O Cecap tem uma estrutura. Temos um Conselho Superior, que é formado pelos senhores, senhoras e pela Ministra. São até 17 (dezesete) membros, que incluem a Ministra Ana Arraes, como Presidente do Cecap. Temos a Secretaria Executiva, que é exercida pelo ISC, e eu sou a Secretária Executiva, na qualidade de Diretora-Geral do ISC. Nós temos um Comitê Técnico formado por até 5 (cinco) servidores do TCU. O Plano de Trabalho que os senhores receberam foi discutido amplamente com esse Comitê Técnico, que tem expertise em diversas áreas do TCU e do controle externo. Aproveito a oportunidade para formular meus agradecimentos aos membros do Comitê Técnico: Ana Paula da Silva, Coordenadora-Geral de Controle Externo da Área Social e de Governança e Gestão Pública (Cosocial); Andréia Rocha Bello de Oliveira, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento); Carlos Borges Teixeira, Subsecretário de Controle Externo do Sistema Financeiro (SecexFinanças); Hamilton Caputo Delfino Silva, Secretário do TCU

no Estado de São Paulo (SEC-SP); e Manoel Moreira de Souza Neto, Coordenador-Geral de Controle Externo de Infraestrutura (Coinfra). Todos esses colegas nos ajudaram a definir o Plano de Trabalho, os principais pontos que vamos discutir e as principais temáticas de atuação do Cecap, que são justamente esses grupos temáticos que estão definidos no Plano que os senhores receberam com antecedência, e que serão melhor explicitados pelo nosso Secretário-Geral de Controle Externo. Essa é a nova composição do Conselho: a Ministra Ana Arraes, como presidente do Cecap, os senhores e senhoras. Nós tivemos uma grande renovação no Conselho desta vez, só se mantendo as conselheiras Nina Silva e Anielle Guedes e o conselheiro Fernando Rodrigues. Os demais são todos novos membros do Conselho. Nem irei citar a minibiografia de cada um porque são, realmente, currículos muito extensos. Mas, formamos o novo Conselho com o senhor Affonso Celso Pastore, Alex Cavalcante Alves, Anielle Guedes, Carla Domingues, Carlos Siqueira, Cláudia Costin, Ellen Gracie, Fernando Rodrigues, Ima Vieira, Leonardo Secchi, Luiz Humberto Cavalcante Veiga, Luiza Helena Trajano, Nina Silva, Maristela Baioni, Sebastião Helvécio e Tatiana Corrêa Galvão. O Conselho Superior tem algumas competências, que estão definidas na Portaria 303/2014, e uma delas é aprovar o Plano de Trabalho Anual, que será explicitado pelo Leonardo Albernaz, Secretário-Geral de Controle Externo; outra é avaliar a atuação do Cecap a partir de relatórios e resultados de ações realizadas, e auxiliar o Cecap na articulação com os segmentos da sociedade civil, governo federal, distrital, estaduais, enfim, com toda essa comunidade, que pode traçar um diálogo frutífero para que possamos avançar no controle externo da administração pública. Esse auxílio, essa articulação, será bem notada pelos senhores quando participarem dos grupos temáticos. Essas reuniões serão feitas oportunamente. Como será a participação dos senhores? Conforme a Portaria, temos uma reunião ordinária anual do Conselho Superior, e a presidente do Cecap, a Ministra Ana Arraes, pode convocar reuniões extraordinárias. Mas o normal é termos uma reunião anual. Os senhores também participarão de grupos temáticos, que tratarão de áreas específicas, definidas no nosso Plano de Trabalho, que os senhores terão a oportunidade de discutir e de aprovar. Agradeço novamente a todos. Passo agora a palavra ao Secretário-Geral de Controle Externo do TCU, doutor Leonardo Albernaz, que

falará sobre o Plano Anual de Trabalho, enviado com antecedência, e sobre os grupos temáticos que o compõem. Muito obrigada!

Secretário-Geral de Controle Externo

Leonardo Albernaz

Leonardo Albernaz | Obrigado, Ana Cristina. Cumprimento a Ministra Ana Arraes, presidente do TCU, e em seu nome cumprimento todo o Conselho Superior do Cecap, assim como cumprimento a Ana Cristina e, em seu nome, toda a Secretaria Executiva e os membros do Comitê Técnico do Cecap. Vou compartilhar com as senhoras e os senhores a minha tela. A ideia aqui é explicar o funcionamento da Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU, que chamamos de Segecex, secretaria que eu represento, e a relação que ela tem com o Cecap, com os grupos de trabalho mencionados pela Ana Cristina. Eu queria começar falando um pouco rapidamente sobre o TCU e, talvez, o melhor ponto de partida seja o Plano Estratégico do TCU, em sua versão atual, que vige de 2019 a 2025. De uma forma geral, o que expressa a nossa missão e a nossa visão é uma perspectiva moderna do que é um órgão de controle externo. Demonstra o que o TCU juntamente com boa parte das entidades de fiscalização dos países desenvolvidos, passaram ao longo do tempo. Uma evolução em que deixamos de ser um órgão que apenas verifica a legalidade da despesa pública e a certificação das contas públicas, tornando-nos um órgão que tem um compromisso maior com três grandes pilares. Somos certamente guardiões do cumprimento das leis, mas somos também guardiões da transparência pública. Ou seja, precisamos garantir que a sociedade conheça a realidade da administração pública, que o Congresso Nacional conheça a realidade da administração pública. E nós zelamos pelo bom desempenho também, ou seja, pelos resultados que são entregues para a sociedade. Por isso, nossa missão é, ao final, aprimorar a administração pública em benefício da sociedade, e contribuir para que a administração pública seja cada vez mais efetiva, cada vez

mais ética, cada vez mais ágil e cada vez mais responsável. Para cumprir essa missão, perseguindo essa visão de futuro, o Tribunal se estrutura conforme o diagrama que agora vemos na tela. A rigor, o Tribunal é composto pelos ministros, que se pronunciam por meio do Plenário. No Plenário do TCU atuam 9 (nove) ministros titulares, 4 (quatro) ministros substitutos e os membros do Ministério Público do TCU. Para dar suporte ao funcionamento do Tribunal, temos o que chamamos de Secretaria do Tribunal, que é vinculada à presidente. A presidente Ana Arraes comanda um corpo técnico que se divide em 3 (três) Secretarias-Gerais. A Secretaria-Geral da Presidência, ou Segepres, comporta grandes áreas estratégicas ligadas diretamente à atenção da presidente, como as de relacionamento institucional, tecnologia da informação e o próprio Instituto Serzedello Corrêa (ISC). A Secretaria-Geral de Administração, ou Segedam, é voltada para as atividades administrativas que dão suporte e garantem o funcionamento de todo o Tribunal; nela estão as áreas de administração, logística e de pessoas. E, a Secretaria-Geral de Controle Externo, a Segecex, que eu represento, lida com os trabalhos finalísticos. Nela estão nossos técnicos, realizando trabalhos de auditoria e outras formas de fiscalização. É disso que falaremos um pouco mais agora. A Secretaria-Geral de Controle Externo se organiza em 3 (três) grandes coordenações. Uma da área de infraestrutura, que trata de temas como petróleo e gás, energia elétrica, os diversos modais de transporte, comunicações, questões ligadas à cidade, como saneamento e moradia, assim como o combate à corrupção na área de infraestrutura. Temos uma coordenação de área econômica e de contas públicas, onde lidamos com vários temas econômicos, como orçamento, dívida pública e bancos públicos, além de questões ligadas ao desenvolvimento econômico, como produtividade, competitividade, grandes contas, despesas de pessoal e de benefícios sociais. E temos uma coordenação de área social e de governança, onde tratamos das políticas sociais, principalmente as descentralizadas, como educação, saúde e segurança pública, a área agroambiental e outras ligadas à governança e à gestão do próprio Estado, como as aquisições logísticas ou aquisições de tecnologia de informação, por exemplo. Perpassando tudo isso, temos unidades que representam o TCU nos Estados. São 26 (vinte e seis) unidades, que fazem a conexão do controle externo com a

realidade local. Nossos secretários estaduais captam essa realidade, subsidiando o planejamento das auditorias e fiscalizações e, simultaneamente, interagindo com as redes estaduais de controle existentes. Durante a gestão da Ministra Ana Arraes, a Secretaria-Geral de Controle Externo vem seguindo algumas diretrizes e, antes de apresentá-las, gostaria de mostrar alguns números para concluir esse panorama do TCU. É um panorama de 2020, o último ano fechado, e está um pouco diferente porque foi o ano em que surgiu a pandemia, e com isso reduzimos um pouquinho as auditorias e aumentamos a quantidade de processos, mas permite um panorama. Tivemos cerca de 5.500 processos apreciados conclusivamente, mais de 100 por semana, 45 solicitações do Congresso Nacional apreciadas, mais de 280 fiscalizações concluídas e mais de 108 mil atos de pessoal apreciados. Isso, sobre o que foi feito. Em termos de benefício, pelo menos do ponto de vista financeiro, que é apenas uma parte dos benefícios, isso trouxe para o país um benefício de 43 bilhões de reais. Foram emitidas quase 13 bilhões de medidas cautelares impedindo danos ao erário e houve, em termos de condenações em débitos e multas, mais de 8 bilhões de reais. Isso significa, traduzindo isso talvez num número mais marcante que, ao longo de 2020, para cada R\$ 1 (um real) de orçamento que o TCU recebeu, ele entregou um benefício efetivo em potencial para o país, de R\$ 20 (vinte reais). É um número que consideramos bom, estamos trabalhando com uma meta para 2022 bastante ambiciosa, de mudar esse número de 20/1 para 50/1, ou seja, para que possamos não apenas melhorar o nosso benefício, mas melhor aferir esse benefício, e conseguir comunicar isso para a sociedade. Em termos das diretrizes, como havia mencionado, trabalhamos com 6 (seis) eixos: um eixo de infraestrutura, um eixo econômico, um eixo social, um eixo de governança, um eixo extraordinário – para lidar com a resposta ao Covid –, e um eixo institucional, que tem um caráter interno, ou seja, o que precisamos fazer em termos de construção de capacidade interna para conseguirmos entregar os resultados finalísticos. Não vamos passar por todas as diretrizes que compõem esses eixos, mas destaquei 4 (quatro) que são muito relacionadas com os temas que vamos tratar também nos grupos temáticos. Só para exemplificar, na área de infraestrutura, uma das nossas diretrizes é trabalhar com a maturidade dos projetos de desestatização. Sabemos que boa parte de investimento em

infraestrutura no país virá por meio de concessões e outras formas de desestatização, e o país tem perdido dezenas e dezenas de bilhões de reais a cada ano, pela baixa qualidade dos seus projetos. Então, esse é um dos pontos centrais. Na área econômica, continuamos fortalecendo nossos trabalhos de verificação de integridade e eficiência nas despesas com pessoal e benefícios sociais. É uma área que utiliza muitos recursos de tecnologia de informação, recursos de grandes bases de dados, *big data*, inteligência artificial e, só no ano passado, conseguimos identificar algumas dezenas de bilhões de reais que vinham sendo concedidas irregularmente, por ocasião do auxílio emergencial, só para exemplificar. Na área social, um dos focos que temos é a qualidade de desempenho das políticas de inclusão e proteção social, um tema que se tornou especialmente importante diante dos efeitos que temos da pandemia com, certamente algo próximo de 14 (quatorze) milhões de desempregados, outros milhões de desalentados, e o país com uma desigualdade galopante. E, na área de governança e gestão, a preocupação, o foco com a efetividade e a eficiência do combate à corrupção. São exemplos da nossa área de atuação. O ponto aqui é: relacionado com essas diretrizes, a ideia é que tenhamos um Plano de Trabalho formado junto com o Cecap, e esse Plano de Trabalho, conforme preveem as normas do Cecap, é um Plano de Trabalho Anual para vigor entre setembro de 2021 e agosto de 2022. Se voltarmos à Portaria mencionada pela Ana Cristina, dentre os princípios que regem o funcionamento do Cecap: foco em temas sistêmicos, estruturantes, preferencialmente referenciados a políticas de Estado, e uma atuação baseada fortemente na diversidade de conhecimentos e no estabelecimento de parcerias, buscando sempre a melhoria da administração pública. É nesse contexto que são criados os grupos temáticos, os chamados GTs do Cecap. E o objetivo desses GTs é realizar estudos e pesquisas sobre a coordenação de representantes da Segecex, reunindo especialistas externos, representantes da sociedade civil, comunidade acadêmica, administração pública, setor privado, Terceiro Setor, além de outros servidores, seja do próprio TCU, seja da administração pública federal, estadual ou municipal. Agora mostro, para as senhoras e os senhores, os grupos temáticos que existiam até o momento, ou seja, os grupos que se encerraram no atual ciclo. Eram 5 (cinco) grupos: um de avaliação do desempenho dos Tribunais de Contas, um grupo de

infraestrutura, outro de desenvolvimento sustentável, um de sustentabilidade e qualidade do gasto público, e um específico de transformação digital voltada para a desburocratização. O Plano de Trabalho desse novo período propõe 4 (quatro) grupos, pelo menos essa é a proposta original para discussão das senhoras e senhores. A ideia seria formarmos: o GT-1, um grupo de **Crescimento Econômico**, para identificar os principais gargalos relacionados ao crescimento econômico do país e apontar caminhos para a recuperação sustentável da economia Brasileira em benefício da população, com grande foco na sustentabilidade das contas públicas; o GT-2, que seria um grupo de **Inclusão Social**, ou seja, um grupo novo que procura alimentar a atuação do controle externo no que concerne à promoção da inclusão social, com foco específico na avaliação da qualidade e desempenho das políticas de inclusão e proteção social, além do acesso a serviços públicos de qualidade; o GT-3, um grupo de **Infraestrutura** que, em princípio, seria mantido da gestão passada, pensando na atuação do controle externo no ciclo das políticas públicas de infraestrutura que visam o desenvolvimento social e econômico, com grande foco na análise da eficiência das políticas e na regulação de infraestrutura, ou seja, uma preocupação com a qualidade, com a segurança jurídica, com a previsibilidade na área de infraestrutura; e um quarto grupo, o GT-4, que seria sobre **Transformação Digital** e, como o próprio nome diz, seu foco é o uso da transformação digital para aumentar a eficiência do Estado. Esses são os 4 (quatro) grupos propostos. Os produtos elaborados pelos GTs podem ser diversos. A título de exemplo, podemos citar relatórios que podem subsidiar fiscalização ou planejamento das ações pelo próprio TCU, propostas de normativos, cartilhas, vídeo aulas para entidades municipais, peças de publicidade, e por aí vai. A ideia é que, de setembro de 2021 até agosto de 2022, os grupos possam realizar diversos tipos de ações, como a realização de palestras, diálogos públicos, oficinas, painéis ou ações de cooperações com outros conselhos e órgãos de estudos e pesquisas, ciclos de debates, como temos feito rotineiramente dentro do Cecap, revisão de documentos, análise de contexto normativo, uma escuta sistemática da sociedade civil e, claro, o lançamento de produtos produzidos no âmbito desses grupos temáticos. Essa seria a ideia. Eventualmente, a necessidade de recursos para o funcionamento

dos GTs fica a cargo do próprio TCU. Essa é a proposta, ou seja, a formação desses 4 (quatro) grupos e que, durante um ano, esses grupos possam se reunir para tratar do encaminhamento que se queira dar. Cada grupo terá a liberdade de fazer as propostas que façam mais sentido dentro de sua temática. Agora, vou passar a palavra às senhoras e aos senhores conselheiros, colocando 2 (dois) pontos para reflexão e comentários. Ou seja, para sabermos se as senhoras e os senhores concordam com esses grupos propostos como Plano de Trabalho ou se, eventualmente, têm alguma questão, algum problema nacional, algum fator que gostariam de acrescentar e que poderia ser discutido nos grupos. E uma questão mais ampla: como as senhoras e os senhores enxergam que o Cecap pode contribuir para o TCU melhorar seu trabalho de controle externo, para que possamos melhorar nossa capacidade de aprimorar a administração pública em benefício da sociedade brasileira. Com isso, eu encerro a minha fala.

Ana Cristina Botelho | Com relação às duas perguntas lançadas pelo Leonardo ao final de sua apresentação, aproveito a oportunidade para solicitar que os senhores comentem sobre elas durante seus pronunciamentos, para o que previmos 5 (cinco) a 6 (seis) minutos por conselheiro. Utilizaremos a ordem alfabética, mas darei preferência a algumas conselheiras, que nos pediram prioridade porque têm outros compromissos. Passo a palavra primeiramente à doutora Luiza Helena Trajano.

Conselheira

Luiza Helena Trajano

Luiza Helena Trajano | Primeiro, um prazer, gostei muito da apresentação, achei o filme genial, acho que o próprio TCU falar foi uma coisa muito importante, falar dele mesmo, o Tribunal falar foi muito legal. Se puder divulgar esse filme até para podermos explicar o que é isso, muita gente não sabe, se puder trazer até nós, acho muito legal. Eu queria só entender um pouquinho sobre os grupos temáticos, nós vamos fazer parte dos grupos temáticos? Desculpe, eu não entendi bem se iremos dividir, se escolhemos os grupos para depois avaliar. É isso?

Carolina Pfeilsticker (Servidora da Secretaria Executiva do Cecap e Diretora do Cepi) | Boa tarde a todos os conselheiros e conselheiras! Na verdade, os grupos temáticos serão trabalhados ao longo do ano. Podemos convidar a academia, a sociedade, pesquisadores. Convidaremos os senhores para algumas reuniões, para que possam participar. Os grupos têm alguns objetivos, como o Leonardo expôs, então procuramos trabalhar de acordo com os objetivos propostos pelo Comitê Técnico. Havendo interesse, os senhores poderão participar de mais de um grupo temático. Nós os convidaremos a participar das ações programadas e compartilharemos os estudos realizados. Os senhores também terão a oportunidade de indicar especialistas ou representantes da sociedade civil que tenham conhecimento para contribuir com esse trabalho. Os grupos são para troca e produção de conhecimento.

Luiza Helena Trajano | Há alguma quantidade de pessoas por comitê?

Leonardo Albernaz | Não há um limite estabelecido.

Ana Cristina Botelho | Tentamos deixar os grupos formados com um equilíbrio de conselheiros, mas pode haver grupos que tenham mais ou menos membros, de acordo com o interesse específico de cada conselheiro.

Luiza Helena Trajano | O crescimento econômico tem muito a ver com a inclusão social porque, através do emprego, geramos inclusão social. Acho que um dos grandes problemas, inclusive do custo Brasil, é a falta de digitalização do próprio Brasil, porque temos lugares em que é 10 a 12% que se paga a mais para a burocracia, que não vai o Governo, não vai o mercado, não vai ninguém. Eu só vejo uma forma, a transformação digital, e eu colocaria “simplificação” junto com a transformação digital. Mas, não quer dizer que você precise colocar, Léo, só estou dizendo que precisamos tomar muito cuidado, porque já vi muito programa “Simplifique Brasil” que não sai do papel. E tem muita gente que já fez tanta coisa boa. Eu vejo o digital como uma cultura, como uma coisa que simplifica. A única coisa que eu tenho preocupação, e gostaria de falar com vocês, é de fazer acontecer. Eu já vi muito grupo, muito comitê, em que falamos, falamos e não conseguimos fazer acontecer. O que a pandemia trouxe de nova forma de gestão, e tenho tido muito contato, é o fazer acontecer aqui e agora, é pôr na prática, pôr na ação. Eu só pediria que realmente criássemos uma metodologia que permita fazer acontecer, não ficar só discutindo. Acho que o país está cansado de muito diagnóstico, de muita teoria e pouca ação. O que mais tenho visto em grupos é diagnóstico, é falar “precisa disso”, “a educação está parada”, e não conseguimos sair do diagnóstico, além de toda a divisão. Achei os temas bons, mas acho que precisa ser, Léo, se possível, *o que queremos* com o crescimento econômico. Mais emprego? Mais geração de emprego? Senão, ficamos muito amplos e talvez os grupos não trabalhem consistentemente para fazer acontecer. Por isso vejo muito parecido com inclusão social, porque a inclusão passa primeiro pela cesta básica, por qualquer ajuda, mas ela passa por emprego. Eu acho que a “infraestrutura” é muito “desenvolvimento”. Infraestrutura é desenvolvimento do país, nós temos uma infraestrutura muito parada ainda. Eu só sugeriria, mas eu respeito, vocês estão há muito

mais tempo do que eu trabalhando. O que temos procurado nas empresas é colocar títulos que sejam bem menos acadêmicos e bem diretos com a coisa. Em infraestrutura, temos uma falta de desenvolvimento de estradas, de locomoção, muito grande no País, então não conseguimos... isso é uma geração de emprego muito boa. Eu só gostaria, mas vocês que têm experiência, que vissemos resultados concretos. É isso que estou buscando em todo lugar. Vocês viram o que fizemos com a vacina. Tantas cabeças pensando, um grupo tão forte. Eu só gostaria que tivéssemos uma metodologia, Léo, que fosse muito de fazer acontecer, de sair com alguma coisa concreta, que vissemos resultado, até onde poderíamos ajudar. Muito prazer em estar com vocês. Muito obrigada. Eu vou ficar mais um pouco, eu realmente tenho que sair daqui a pouco. Já tinha avisado com antecedência, mas nem precisava ser a primeira, Ana Cristina, foi difícil, não é fácil ser a primeira não. Mas estou aqui. Muito obrigada. Não sei se a outra pergunta, Léo, ainda tenho um tempinho, se eu respondi, além dos grupos temáticos, o que mais você queria saber?

Leonardo Albernaz | A segunda pergunta era: de que forma o Conselho poderia ajudar? Ou seja, se tem alguma ideia sobre que contribuições poderíamos dar para que o TCU pudesse funcionar melhor, ser mais efetivo e melhorar o funcionamento da administração pública do país.

Luiza Helena Trajano | Eu acho que nós poderíamos ter alguma coisa mais diretamente para podermos responder. Eu acredito que todo mundo aqui pode contribuir muito, o trabalho apresentado foi muito legal. Presidente Ana Arraes, é um prazer ter uma mulher dirigindo, muito obrigada. Nada contra os homens, eu adoro essa relação dos homens...

Ana Arraes | Obrigada eu, pela presença de vocês todas.

Luiza Helena Trajano | Mas é muito bom ter essa mistura, que é isso que dá, acredito muito na força do masculino com o feminino. Eu acho que exige, Léo, uma pergunta mais direta: 3 (três) coisas que vocês acham que pode ajudar. E até fazer um questionário para que possamos... o que eu estou tentando passar

é que temos que fazer acontecer, e precisamos sair do mundo de teoria e do mundo de diagnóstico, que o Brasil está cansado de visão, diagnóstico e teoria. Todo mundo fala de educação, todo mundo fala de saúde, precisamos para já, não é o Brasil do futuro, é o Brasil de agora. O desemprego cresceu, as coisas cresceram, e temos um país maravilhoso, que tem tudo para fazer. Muito obrigada, no que eu puder contribuir, estou às ordens.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos, conselheira Luiza Helena Trajano. A senhora teve a oportunidade de abrir as falas, mas abriu, como dizemos, com chave de ouro, porque já abriu trazendo algumas considerações, algumas preocupações que são super pertinentes e que já anotamos aqui, porque realmente precisamos partir da teoria para a prática, botar a mão na massa e fazer acontecer. É por isso que estamos aqui reunidos, para ver como podemos fazer melhor, enfrentar os novos desafios que estão surgindo à nossa frente, com a colaboração sempre ativa da sociedade. Muito obrigada, conselheira. Eu passo a palavra então, não seguindo a ordem alfabética, mas aquela prioridade solicitada, à senhora Anielle Guedes, ressaltando que são 6 (seis) minutos de fala. Por favor.

Conselheira
Anielle Guedes

Anielle Guedes | Certo. Muito obrigada, Secretária Ana Cristina. Queria cumprimentar também a ministra Ana Arraes, os demais conselheiros, a nossa equipe técnica, ao Leonardo, que fez a apresentação sobre o Cecap e sobre os grupos. Peço desculpas de ter que ir em breve, eu moro em outro fuso horário, por morar em outro país, então aqui acabou ficando bastante tarde e, daqui a pouco eu tenho que atender alguns compromissos pessoais e jantar. Eu queria fazer alguns comentários sobre os grupos temáticos e sobre o Plano de Trabalho que também foi enviado para nós. Estou aqui como conselheira pela segunda vez, digamos assim. Vejo que temos algumas mudanças estruturais na maneira como vamos atuar. Acho isso extremamente positivo, principalmente, com relação aos produtos feitos pelos grupos de trabalho. Em primeiro lugar, me coloco à disposição para fazer parte desses materiais divulgados, tanto quanto para fazer parte dos estudos. E, respondendo uma das perguntas, gostaria de estar entre os grupos de crescimento econômico ou de transformação digital, ou dos 2 (dois). Explico por quê. Já falando das minhas observações, a primeira delas é sobre crescimento econômico. É um tema extremamente importante, extremamente relevante para o Brasil, especialmente depois da crise do Covid-19. Mas, uma das dúvidas que eu fiquei é, quando falamos de recuperação sustentável, estamos falando de foco em crescimento sustentável da dívida pública, do controle sustentável da dívida pública, ou se estamos falando de sustentabilidade com relação ao meio ambiente. Essa é uma dúvida que eu tenho para perguntar para vocês, por uma questão que eu acho que não temos falado o suficiente aqui de perspectivas de futuro, no sentido econômico, dos efeitos da mudança climática, e é algo que temos que nos preocupar no Brasil. Em

algum lugar temos que falar sobre isso, acho que é no crescimento econômico, talvez um pouco na infraestrutura, mas acredito que o foco na infraestrutura seja outro. No crescimento econômico, analisar as possibilidades que temos de crescimento econômico face à mudança climática, o que temos de possibilidade de bioeconomia, de economia verde, e por aí vai. O Brasil é um dos grandes potenciais nesse sentido, e acho que esse é um tema que não podíamos deixar escapar. Depois falamos sobre a dívida pública, vocês podem me responder se é esse o foco ou não. Uma outra observação, já falando sobre inclusão social, é um tema extremamente relevante para o Brasil, ainda mais com o crescimento da desigualdade galopante, é sim um tema muito forte no mundo todo. Mas, discutimos bastante a renda básica, até por conta do programa novo e da mudança do Bolsa Família, um pouco antes. Eu gostaria de saber se isso ainda continua sendo o foco ou se analisamos outras perspectivas. Essa é uma dúvida que eu deixo. Não influencia na minha participação, eu continuo escolhendo o crescimento econômico ou a transformação digital. Sobre infraestrutura, eu não tenho grandes comentários, o único comentário seria, porque acredito que o foco vai estar nas parcerias público-privadas, no controle, na questão do investimento em si, mas atentar de novo para a questão de uma infraestrutura voltada para a mudança climática, mas também uma infraestrutura mais digital. Ou seja, um tema que tem sido discutido bastante na Europa, e qual o tipo de infraestrutura que vamos colocar, não só o quanto vai ser investido e o que precisa, mas como estamos resolvendo esse problema da infraestrutura. Estamos falando de mobilidade? Claro, mas estamos falando de mobilidade inteligente, estamos falando de uma mobilidade de baixo carbono ou estamos falando da mobilidade mais barata que tiver? Eu acho que esse tipo de indução de política pública, que o TCU se presta a fazer, é uma coisa que podemos trazer para dentro do nosso trabalho como conselheiros do Cecap, mas não só isso, para dentro das discussões e para esses produtos. Ou seja, induzir políticas públicas que sejam mais relevantes para o nosso futuro, para mim, é algo bem importante para fazer aqui junto com vocês, dentro do Cecap. O último tema é transformação digital. Eu vi que ele está com foco em desburocratização e no sistema de transformação digital. Eu lembro do decreto, nesse momento eu fazia parte do Conselho, então nessa época eu acompanhei bastante. Um dos nossos

grupos temáticos lá também foi sobre digitalização e sobre desburocratização, um dos grupos que eu fazia parte. Fico feliz de acompanhar o desenvolvimento do decreto, saber que ele andou para frente, e entender que hoje talvez ainda consigamos atuar com ele e acompanhá-lo. Acho que o mais importante é acompanhar a execução dele, para mim, agora. E, dentro disso, talvez gostaria de estar nesse grupo também. Mas, uma outra coisa que eu gostaria de falar sobre transformação digital, que eu acho extremamente importante, não sei se isso é um papel do TCU, se é do Cecap, se isso pode virar um estudo ou não, eu gosto da ideia dos materiais audiovisuais, que vocês falaram, fazer um vídeo, para trazer para a sociedade civil, para sensibilizar esses temas. É que, quando falamos de transformação digital, em geral trazemos só o lado positivo das coisas. Eu falo disso porque eu estudo isso hoje, é um dos meus temas de estudo. Falamos muito sobre a digitalização como algo extremamente positivo, mas às vezes esquecemos que existe todo um lado de privacidade que temos de tratar. Claro, o Brasil tem a LGPD agora, mas como está essa questão hoje? Por exemplo, você tem hoje o uso de câmeras e de inteligência artificial por forças policiais no Brasil. Você tem a polícia de Salvador, que comprou uma série de algoritmos, você tem em São Paulo, está sendo utilizado. Como conseguimos avaliar isso? Conseguimos dizer: essa está bacana, essa não está bacana? Avaliando quais parâmetros? Isso está funcionando, isso não está funcionando? Isso é um abuso de poder, isso não é abuso de poder? Isso é constitucional? Eu não sei se isso é da competência do TCU, ou da nossa (inaudível), pode ser que não seja de nenhuma das duas, mas acho que esse é um tema relevante, avaliarmos essa aplicação de tecnologia pelo Estado. Se está funcionando em algumas áreas, não precisa ser policial, só citei esse exemplo porque estão usando câmeras de reconhecimento facial, e acho que esse é um tema bastante “quente” no mundo da tecnologia, que é o mundo de que eu venho. Então, sempre acabo fazendo advocacia por esses 2 (dois) temas que são tão críticos para o nosso futuro: as mudanças climáticas e as transformações tecnológicas, sejam do ponto de vista do emprego, seja do ponto de vista do futuro do trabalho, ou seja do ponto de vista do uso de tecnologias de privacidade. É isso que eu gostaria de falar. Me coloco à disposição para fazer parte dos estudos, dos materiais, desses 2 (dois) grupos. Depois, podemos responder, a equipe técnica pode responder as perguntas, ou por escrito. Ainda

fico mais um pouco também, vou ter que sair em breve, gostaria de ouvir alguns conselheiros, mas terei que sair em breve para um jantar. Agradeço novamente o reconvite para estar aqui com vocês. Espero poder contribuir sempre nesses temas em que fico mais confortável, dentro das minhas áreas de estudo. Contribuir com a sociedade brasileira, o máximo que eu puder. Muito obrigada.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos, conselheira Anielle Guedes. Ainda bem que estamos gravando, porque foram tantas ideias, tantas considerações, que não tive condições de anotar tudo, mas anotei os principais pontos. Realmente, a mudança climática é uma preocupação não só do Brasil, mas de todo o mundo. Vimos, nessa semana, os discursos na ONU, vários líderes mundiais demonstrando essa preocupação com as mudanças climáticas. Temos uma secretaria especializada em meio ambiente para verificar todas essas questões. Em relação à transformação digital e desburocratização, realmente, a aplicação da tecnologia, por parte do Estado, tem que ser repensada, e temos várias *startups*, a questão da nova LGPD, do marco legal das *startups*, acho que estamos começando uma revolução nesse sentido, e temos muito a aprender. Acho excelente termos você aqui. Eu chamo “você” porque “senhora” me parece um pouco inadequado, porque você é tão jovem, mas já vemos que tem muita segurança nessa área de tecnologia. Ficamos felizes por termos você aqui conosco no Cecap. Sabemos que suas contribuições, principalmente, nessa área de transformação digital, serão muito importantes. Oportunamente, iremos respondendo todas essas questões, estamos com todas as informações aqui para, depois, fazermos a ata e avançarmos em todos esses questionamentos, em todas as preocupações que você levantou. Muito obrigada novamente. Vou passar a palavra à senhora Ima Vieira, ainda fora da ordem alfabética, para que possa nos brindar com suas palavras e fazer suas considerações em relação às 2 (duas) perguntas que o Leonardo Albernaz colocou aqui, sobre os grupos temáticos.

Conselheira

Ima Vieira

Ima Vieira | Muito obrigada, doutora Ana Cristina. Muito obrigada, doutora Ana Arraes, pelo convite de estar aqui, participando desse Conselho tão importante para o Brasil. Eu sou nova aqui no Conselho, então vou fazer uma breve apresentação. Sou ecóloga, sou pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, um dos mais antigos museus de história natural do Brasil. Acho que é mais novo um pouquinho do que o Museu Nacional. Ele é de 1866, mais velho que o Tribunal de Contas da União. Ele tem 155 anos de idade e, hoje, é uma instituição vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Já fui gestora pública, já fui diretora do Museu Goeldi, e sei o quanto receamos ousar na administração pública, com medo dos órgãos de controle. Acho que avançar com o diálogo é muito importante para o aprimoramento de métodos, das auditorias, da fiscalização dos órgãos de controle. Certamente, as ações do Cecap que, agora estou conhecendo com mais detalhes, ajudam a desenvolver ações concretas para o aprimoramento das instituições no Brasil. Para mim, é uma honra participar desse grupo que vai avaliar esse Plano de Trabalho formulado – e aqui já vou entrar um pouco sobre a minha impressão sobre ele – acho que esses temas são muito oportunos e necessários. As questões do crescimento econômico, da inclusão social, da infraestrutura, são muito importantes no contexto da economia brasileira e no combate à pobreza, e devem ser estimulados aqui dentro desse Conselho, além do tema da transformação digital, que não conheço muito, mas sei, e ouvi agora a conselheira que me antecedeu, falando da importância desse tema. Certamente que a pandemia do Covid-19 expôs, de uma forma inédita e traumática, uma série de fragilidades sociais e econômicas, escancarando ainda mais a imensa desigualdade social

existente em nosso país. Além da saúde, os impactos atingem em cheio a economia e os empregos, como falou aqui também a conselheira que me antecedeu, Luiza Trajano. Isso desafia a capacidade do Estado de apoiar a população desfavorecida, não é à toa que a palavra de ordem em todo o mundo é a retomada da economia, incluindo-se aí, de forma definitiva, as dimensões de sustentabilidade social e ambiental. Acho que há uma forte convergência de que investimento em infraestrutura e inclusão social são pilares para essa retomada do crescimento econômico. Acho que precisamos, talvez, discutir um pouco qual infraestrutura que não leva à concentração de renda e às crises social, ambiental e sanitária, porque há o perigo de novas zoonoses e novas pandemias. Aquelas que tenham foco na geração de emprego e renda, na melhoria dos serviços essenciais para a população e a sustentabilidade ambiental, particularmente o enfrentamento da crise climática. Eu concordo com a conselheira Anielle. Aquelas que contribuam para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Essa é especificamente uma área de estudo que eu venho fazendo, como cientista na Amazônia. E a situação da região é muito complexa e muito complicada. O futuro dessa região é muito complicado em relação à questão do enfrentamento dessa crise climática. Gostaria de, se possível, propor que se desse uma atenção especial à Amazônia na discussão desses temas, talvez com uma ação transversal, não sei se seria possível. Quando se fala na Amazônia, por exemplo, em termos de infraestrutura, vem logo a questão das mega obras, sejam elas hidrelétricas, estradas, agora as ferrovias para escoamento de grãos, todas elas que tentam viabilizar a exploração dos recursos naturais, muitas vezes sem considerar os impactos sobre as populações locais e a questão ambiental. Uma das questões que sempre colocamos aqui na Amazônia, não sei se eu sou a única representante dessa imensa região, é: será que é esse tipo de obras previstas, planejadas, em execução na Amazônia, que a região precisa? Será que contribuem para melhorar, de alguma forma, a vida das comunidades rurais e urbanas, 70% da população é urbana. O questionamento que acho que deve ser feito é: qual infraestrutura pode contribuir efetivamente para a retomada da economia regional, reduzindo os impactos negativos sobre o meio ambiente, com base em cadeias produtivas, que visem à construção de uma economia que valorize a floresta e, em vez de destruí-la, que gere benefícios

para as comunidades, em vez de impactá-las, e que ajudem na mitigação dessas mudanças climáticas? Acho que teremos oportunidade, nesses GTs, de discutir esses assuntos com especialistas, sociedade civil, academias, gestores, realizar estudos que possam contribuir para avançarmos e detectarmos problemas, caminhos e soluções para a atuação efetiva e eficaz de programas, de políticas públicas, nesses temas propostos. Eu me coloco à disposição para avançarmos no Plano de Trabalho, em especial, nessa questão, nesse tema da infraestrutura e um pouco na inclusão social. Muito obrigada. Desculpem por eu ter que sair daqui a pouco, porque eu irei a uma grande reunião que está acontecendo do *Global Landscape Forum* para uma fala final que começa às 5 (cinco) horas. Muito obrigada.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos, conselheira Ima Vieira. Era natural que suas considerações fossem voltadas para a Amazônia, para a região Norte, preocupações com o meio ambiente. Já morei 2 (dois) anos no Acre, pertinho de Belém. Sempre passava por Belém e, quando fazia auditorias no interior, eu tinha oportunidade de ir naqueles aviões bimotores. Sobrevoávamos baixo e eu via toda aquela floresta Amazônica, o quanto é bonita, o quanto é rica, o quanto podemos explorar de uma forma sustentável. Mas, infelizmente, ainda não temos essa consciência das empresas e, muitas vezes, da sociedade. Eu acho que seu papel aqui, como doutora em ecologia e militante nessa área, é justamente de nos alertar, chamar a nossa atenção para os problemas ambientais e essa especial atenção para a Amazônia, todos nós temos plena consciência disso como órgão de controle externo. Agradeço demais sua participação, tenho certeza de que a senhora poderá contribuir bastante para o Cecap. Muito obrigada, conselheira. Passo a palavra, agora seguindo a ordem alfabética, ao conselheiro Affonso Celso Pastore, para que possa se pronunciar, por favor.

Conselheiro

Affonso Celso Pastore

Affonso Celso Pastore | Muito obrigado. Cumprimento a Ministra Ana Arraes. Tenho um prazer enorme em estar aqui com vocês. Eu vou, do meu jeito, dar alguns exemplos sobre como eu julgo que, na minha visão, eu penso funcionar esse tipo de exercício que estamos discutindo aqui. Eu vou voltar um pouquinho para o Rui Barbosa, mas não vou fazer uma história muito longa. Quando ele criou o TCU, ele pensava num órgão de controle que visava olhar as contas públicas, se o dinheiro tinha sido aplicado corretamente ou não. Estamos hoje numa fase, num órgão de controle, que não perdeu esse objetivo, mas tem um outro objetivo, que é analisar a eficácia com que o governo está executando as políticas públicas. O TCU não é um órgão de execução, ele não é o Governo, não é ele quem propõe as medidas ou as políticas públicas. Mas ele tem uma obrigação fundamental de saber se elas estão sendo bem aplicadas. Esse julgamento é um balizamento para que governos sejam empurrados na direção de fazer políticas públicas melhores. Deixe-me pegar um exemplo, que é a questão da infraestrutura. Água e esgoto é infraestrutura. Rios que servem de canal de esgoto, como esses 2 (dois) rios entre os quais estou aqui, o Tietê e o Pinheiros, em São Paulo, são um desserviço ao meio ambiente. Quer dizer, existe, no investimento em infraestrutura (inaudível). O governo não tem recursos, portanto ele tem que fazer isso com parcerias público-privadas, com concessões ou com privatizações. Quando o governo faz uma concessão, ele tem que obter um resultado, mas também tem que garantir um retorno. Ele precisa de contratos bem-feitos, para evitar a corrupção. Tem que fazer leilões competitivos e abertos, que não sejam de cartas marcadas. Ele tem que julgar se, na execução da concessão, dos serviços prestados por aquela infraestrutura que

foi construída, uma rodovia, uma ferrovia, um porto, um aeroporto, um sistema de distribuição de água, um sistema de distribuição de esgoto, se o serviço tem a qualidade que foi colocada antes. Isso implica um conhecimento tecnológico sobre a natureza da infraestrutura, implica uma capacidade de analisar se os leilões são efetivamente competitivos ou não, isso obriga a uma análise de como é feita a tarifação na cobrança desses serviços, o custo. Evidentemente o órgão de controle, para poder fazer uma avaliação criteriosa desse tipo de problema, tem que ter, dentro dele, uma expertise que consiga fazer esse tipo de avaliação. Evidentemente, essa expertise requer capital humano pertencente aos quadros de funcionários do Tribunal de Contas. Porque essas são as pessoas que, em última instância, vão fazer a análise e colocar a devida pressão sobre o governo, se aquele investimento foi bem-feito ou não. Precisa também de todo o conhecimento externo de pessoas que, ao longo da vida, estudaram, estão estudando ou desempenharam funções nas quais tiveram conhecimento desse tipo de questão e, através de fóruns de debate, através de reuniões, através de trabalhos feitos de uma forma *ad hoc*, dependendo do tipo de problema, troquem com a equipe técnica do TCU, do órgão de controle, do Cemap, troquem ideias para que, no fundo, o conhecimento específico que essa instituição tem para poder exercer bem feito o seu trabalho. De um modo geral, o princípio de como eu entendo e de que forma nós, desse Conselho, podemos colaborar, é exatamente desta forma, interagindo com o corpo técnico do TCU, para poder trazer a experiência que cada um de nós carrega na sua área de conhecimento, para que dessa interação nasçam ideias sobre como fazer melhor esse tipo de controle. Essa, para mim, é a concepção de como eu vejo funcionar esse exercício no qual nós todos estamos nos colocando voluntariamente, com muita disposição, o nosso tempo. Não tenho uma sugestão para excluir nenhum desses temas, os 4 (quatro) temas são extremamente importantes. Transformação digital, evidentemente, o mundo inteiro está caminhando para a transformação digital. Entendo que existem prós e contras, acho que uma obrigação desse tipo de grupo é realmente apontar os contras, questões de privacidade, por exemplo, como foram apontadas anteriormente a esta minha fala. Sobre infraestrutura, eu já falei bastante. Na questão de inclusão social, aqui existe sempre um problema que é o dos objetivos e dos recursos. O Brasil tem um problema

fiscal, ele está metido em vários lugares. No crescimento econômico, quando falamos de dívida pública, se a dívida é sustentável, se ela não é sustentável. Mas, se eu quiser fazer um programa de inclusão social, eu tenho que eliminar a probabilidade de ter excluídos na sociedade. E eu gostaria muito de viver num país onde eliminássemos o risco de sermos um excluído da sociedade, que eliminássemos, por exemplo, a pobreza absoluta, aquela forma que não permite que a criança não vá para a escola, que ela não tenha assistência de saúde. Como fazer isso de uma forma mais eficaz? Evidentemente, você pode olhar isso no orçamento do Governo. Isso tem a ver com política pública, com a gestão orçamentária. O Governo tem limites, ele tem um desequilíbrio fiscal. Mas, mesmo dentro do desequilíbrio fiscal, pessoalmente, rodando pela vida e pelo mundo econômico como eu rodo, já vi colegas meus, especialistas em educação, em saúde, em economia, formularem programas que visam uma inclusão no sentido de eliminar a pobreza absoluta, num certo horizonte de tempo, e que são compatíveis com regras fiscais que, no fundo, impõem disciplina para o governo. Um órgão de controle que tem acesso a esse tipo de informação é um órgão de controle que, quando tiver, diante de si, o julgamento de uma agência do governo que está desenvolvendo um programa como esse, tem todas as condições para poder chegar e fazer uma crítica sobre a qualidade do programa, quanto ao seu objetivo. A conselheira Luiza Trajano, quando me precedeu, foi muito enfática naquela questão: nós precisamos fazer as coisas acontecerem. O TCU não pode fazer as coisas acontecerem, porque ele não é o Governo. Mas ele pode por pressões para que o Governo execute melhor e tenha melhor resultado com as políticas públicas que coloca em marcha. Vamos dizer, isso aqui é um gigantesco passo à frente, esse tipo de ação, e eu cumprimento a organização por ter, não somos nós que estamos fazendo, vocês já estão fazendo isso aí dentro, com a equipe técnica do TCU, com a formação dos funcionários que vocês têm. O que estamos fazendo é dando o nosso tempo e o nosso conhecimento para poder interagir com eles, para que eles tenham maior eficácia. Mas isso, para mim, é um dos aspectos mais importantes que um órgão de controle pode ter na sua contribuição com o Governo. Nesse sentido, embora ele não seja o responsável pela concepção, pelo diagnóstico, por propor as medidas, ele tem um papel

fundamental em balizar as ações do Governo, para que seja mais eficiente na abordagem das políticas. Essas são as minhas considerações.

Ana Cristina Botelho | Muito obrigada, conselheiro Affonso Celso Pastore. Sua longa experiência acadêmica o credencia para falar com muita pertinência em relação a essa questão das políticas públicas, afinal, o senhor é doutor, já foi professor titular da USP, escritor de vários artigos, livros, o senhor tem uma longa vivência. E nós, como controle externo, realmente não avaliamos mais apenas a legalidade. A partir da Constituição de 1988, evoluímos para um modelo de avaliar também a legitimidade dos atos públicos, inclusive das políticas públicas, então usamos auditorias operacionais para fazer essas avaliações, se os gestores estão agindo de uma forma econômica, se eles estão cumprindo os objetivos, se as políticas públicas realmente estão chegando ao público-alvo, o que pode ser feito para melhorar essas políticas públicas. O Tribunal tem agido muito nesse sentido. Não somos mais um órgão que apenas confere a legalidade dos atos, porque isso não tem mais sentido nos dias de hoje. Temos que conferir realmente se estamos ajudando a sociedade, se as políticas públicas estão tendo efetividade. Esse é um papel essencial do Tribunal. Muito obrigada pelas suas considerações, com certeza vamos avançar nessas discussões. Passo a palavra então ao próximo conselheiro, Alex Cavalcante Alves.

Conselheiro

Alex Cavalcante Alves

Alex Cavalcante Alves | Boa tarde a todas e todos. Gostaria de fazer uma saudação especial à excelentíssima senhora presidente do Tribunal de Contas da União, Ministra Ana Arraes, bem como a todo seu gabinete, que cumprimento na pessoa da conselheira Tatiana Corrêa Lima Galvão. Saúdo todas as conselheiras e conselheiros reconduzidos e, também, aqueles que, ao meu lado, foram empossados hoje. Cumprimento ainda o Secretário-Geral de Controle Externo, doutor Leonardo Albernaz, e a Secretária Executiva do Cecap, doutora Ana Cristina Botelho, bem como toda a equipe que presta assistência aos trabalhos do Conselho. Como novo membro do Conselho, peço que me permitam me apresentar. Meu nome é Alex Cavalcante Alves, sou advogado, mestre em Direito, mas tenho uma trajetória toda na área de gestão pública. Sou professor em Administração Pública. Fiz cursos de formação executiva em Administração Pública, cursos de curta duração, na Escola Nacional de Administração, na França, e também na Universidade de Harvard. Sou servidor público de carreira de uma agência reguladora, que é uma instituição criada no âmbito da reforma do aparelho do Estado, justamente quando se buscava conferir maior eficiência, atender melhor os anseios dos cidadãos. E aqui temos a conselheira Cláudia Costin, que tem toda a expertise, toda a bagagem de ter trabalhado diretamente nesse esforço. Esforço que é continuado e, até hoje, estamos aqui também nesse esforço de melhorar a qualidade na prestação dos serviços públicos. Trabalho na Agência Nacional de Energia Elétrica e, lá, sou Superintendente de Recursos Humanos. Também sou presidente do Fórum de Recursos Humanos das Agências Reguladoras Federais, reunindo os dirigentes de gestão de pessoas das 11 (onze) agências reguladoras federais, que tratam de diversos temas, que

passam por infraestrutura, cinema, saúde. Tenho também uma iniciativa, como cidadão, que é o Movimento Gestão Pública Eficiente - MGPE, que fundei em 2013, e é uma iniciativa da sociedade civil que visa a melhoria da qualidade da administração pública no Brasil. Essa era uma breve apresentação. Gostaria de afirmar que é um prazer estar ao lado de conselheiros e conselheiras de tanta qualidade, e que tanto já contribuíram para a melhoria do País, por meio de serviços públicos ou na iniciativa privada, certamente todos aqui já deram a sua contribuição, e é um prazer estar ao lado de cada um e cada uma nesse Conselho. Gostaria de mencionar que eu entendo que a administração deve contar sempre com a cooperação. Cooperar com entes privados, dentro de um propósito de desenvolvimento nacional, e por que não dizer, até de desenvolvimento global, à luz do artigo 4º, inciso IX, da nossa Constituição Federal, que trata dos princípios que regem o Brasil nas suas relações internacionais e, no inciso IX, está lá, “da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”. Acho esse inciso belíssimo, e ele traz muito do que eu acho que pode nortear a nossa atuação aqui, num momento em que há tanta polarização, que já foi mencionado aqui pela Ministra, pela conselheira Luiza Trajano. Um momento desafiador que vivemos, com uma pandemia de Covid-19 ainda sendo superada, com a questão da desigualdade, como foi pontuada também pelo professor Affonso Pastore. Temos que trabalhar pela redução das desigualdades e, trabalhando pela redução de desigualdades, enfrentaremos temas de diversidade e inclusão, que estão tão em evidência como as questões ambientais, sociais e de governança. Temos até a famosa sigla em inglês, “ESG” [Environmental, Social and Corporate Governance]. Todos esses temas passam por pessoas, desde a polarização na seara política à pandemia. Estamos passando pela aprovação, pela análise no Congresso Nacional, de uma proposta de reforma administrativa que acaba alcançando as pessoas no setor público, que procura mudar os regimes de contratação, de avaliação e desempenho. Há críticas e há pontos positivos que estão nesse texto, é um texto que não se sabe ainda como será aprovado e qual será sua configuração final. Acho que todos esses temas em evidência passam por pessoas. Nós temos que capacitar os quadros do setor público, isso é fundamental. Temos a nossa Secretária Executiva, doutora Ana Cristina, que é justamente a gestora do Instituto Serzedello Corrêa, que trata da capacitação

dos quadros do próprio Tribunal de Contas da União, que são tidos como quadros de excelência na administração pública federal. Temos esse desafio, e entendo que esse tema de capacitar as pessoas no setor público é um tema transversal, vai estar bem contemplado nesses 4 (quatro) temas do nosso grupo, tanto de crescimento econômico quanto de inclusão social, de infraestrutura e de transformação digital. Eu entendo a inquietação da conselheira Luiza Trajano, na questão de desejar que tenhamos ali algum tipo de meta, e aqui faço uma sugestão. Eu partilho dessa inquietação também, eu gosto de trabalhar com uma meta claramente definida para alcançarmos. Como disse o professor Affonso Pastore, o TCU não é um órgão de execução, mas é um indutor, como fiscal das contas públicas ele pode dar o recado para a administração pública de como ele pode atuar. Talvez fique um dever de casa para todos nós, de tentar traduzir em metas o que nosso grupo pode alcançar. Pensei aqui, por exemplo, que nossos grupos podem trabalhar para que o TCU, e o próprio Conselho do Cecap, auxiliem a administração pública a alcançar x por cento de servidores públicos capacitados, para prestar um melhor serviço público, ou elevar, isso é muito importante, a percepção do usuário, elevar em x por cento o percentual de satisfação da sociedade com os serviços públicos que são prestados. São questões que trago aqui como sugestão, apenas para refletirmos um pouco. Certamente estarei muito feliz em trabalhar em qualquer dessas pautas, mas entendo que na questão da inclusão social, que creio que engloba também assuntos de participação social – outro tema que eu tenho grande apreço – teria condições de contribuir. Já me inscrevo, desde logo, para participar no grupo de inclusão social. Com isso, termino minha fala, agradecendo novamente a todos e todas aqui.

Ana Cristina Botelho | Muito obrigada, conselheiro Alex Cavalcante Alves. Realmente, essa questão da inclusão social é uma preocupação muito grande da Ministra e ela tem tentado agir, fazer suas ações e metas voltadas para essa temática da inclusão social. A propósito, essa melhoria da qualidade da administração pública, que o senhor falou, senhor Alex, realmente é uma preocupação de todos nós, independente de área. Vemos tanto desemprego e essa necessidade de agirmos para que realmente possamos superar esse momento

tão difícil que estamos vivendo. Mas precisamos nos desenvolver na economia. O Amartya Kumar Sen é professor de filosofia e economia da Universidade de Harvard, o principal livro dele é o desenvolvimento como liberdade. Para termos a liberdade precisamos nos desenvolver, e temos que diminuir essas desigualdades porque, segundo o professor Amartya Sen, essa desigualdade é que corrói as democracias. Precisamos, enquanto órgão de controle, também ter esse olhar voltado para a diminuição dessas desigualdades e a promoção de uma maior inclusão social. Muito obrigada pela sua participação. Em seguida, passo a palavra ao conselheiro Carlos Siqueira.

Conselheiro

Carlos Siqueira

Carlos Siqueira | Boa tarde a todos os conselheiros e conselheiras. É com grande prazer que saúdo a Ministra Ana Arraes e agradeço o convite para participar desse importante Centro de Altos Estudos do Tribunal de Contas da União. Ouvi com muita atenção todos os colegas, os companheiros, conselheiros e conselheiras. Quero dizer que estou inteiramente de acordo com os quatro temas que estão propostos nessa tela, para que possamos participar desses. Tenho preferência especial pelo grupo de crescimento econômico. Penso que o grupo econômico, se fosse possível ser crescimento econômico e sustentabilidade, seria muito importante. Não se pode pensar hoje em crescimento econômico sem pensar em sustentabilidade, que é um tema transversal, ou deveria ser um tema transversal, em todas as políticas sociais executadas pelo Estado brasileiro, nos diferentes âmbitos. Também penso que é muito importante que o corpo técnico receba a contribuição da sociedade civil, de figuras importantes como as que compõem esse Conselho, entre outras. É importante que compreendam a forma de desenvolvimento econômico e o quanto ele implica no segundo tema, que é a questão da chamada inclusão social. Porque a economia, não sendo um fim em si mesma, ela é que tem o objetivo de melhorar a vida das pessoas. Melhorar a vida das pessoas não pode ser feito apenas com programas assistencialistas, como é o caso do Bolsa Família, que não sou contra. Programas sociais, o principal programa social de um país, a meu ver, é a política educacional, é o tipo e a qualidade da educação que se oferece a toda a população e, em particular, em especial, aos jovens do nosso país. Todos nós sabemos que demos um passo muito importante, na Constituinte de 1988, no sentido da universalização do ensino básico, mas não

conseguimos, até esse momento, dar qualidade a esse ensino. Portanto, há uma diferença muito grande entre o ensino que é dado às classes média e alta e o que é dado às classes inferiores. Uma grande política social que tem tudo a ver também com a economia, é a melhora da qualidade da educação para toda a população, para todos os jovens do nosso país. Isso tem a ver com a formação também da qualidade da mão de obra, que tem a ver com o crescimento econômico. Por isso que eu quero mostrar aqui a interrelação entre política econômica e sustentabilidade e políticas de inclusão social. Não se pode entender e não se pode viver apenas pensando em políticas assistencialistas, senão em políticas que sejam de fato emancipatórias sobretudo da nossa juventude, e que prepare os jovens brasileiros não só para o trabalho, mas também para a vida. Pensando também em política econômica, eu acho que importante também alargar um pouco os horizontes, e aqui foi falado com muita precisão e com muita propriedade pela conselheira Ima, que é do Norte do país. Nós temos um patrimônio importante a ser explorado, que é a Amazônia, sua biodiversidade, sua biotecnologia, que precisa ser conhecida, que precisa ser transformada em ativo econômico, uma junção entre o conhecimento científico, a pesquisa e o poder econômico de investimento. Isso pode trazer grandes investimentos e transformar aquela região num grande projeto, que não será importante apenas para aquela região, senão importante para o País, e diria até importante para a humanidade, dada a importância que essa região tem para todo o planeta, não apenas para o Brasil. Finalmente, eu penso que, dentro de crescimento econômico, temos que pensar no renascimento criativo da indústria brasileira, que tem crescido fortemente nas últimas décadas. Pensarmos que o nosso país tem todas as condições potenciais de entrar na quarta revolução industrial, que ainda não entrou, de levar o país a outro patamar, para tirá-lo daquela condição de ser apenas um país conveniente ao mundo desenvolvido, em que exportamos tudo aquilo que eles precisam, a preço barato, minérios e grãos, e importamos tudo aquilo que eles produzem do ponto de vista tecnológico. Precisamos ter essa capacidade de pensar a economia, não sendo um fim em si mesmo, pensá-la, e a economia tendo tudo a ver com a parte da chamada inclusão social. Eu estou plenamente de acordo com esses temas e, modestamente, pretendo fazer a colaboração e honrar o convite que me foi feito pela querida Ministra

Ana Arraes, para participar desse Conselho. Agradeço muitíssimo, e desejo que tenhamos muito êxito nas nossas funções, e vejo que tem aqui pessoas extremamente competentes e capazes em diferentes áreas, que podem de fato dar uma excelente contribuição participando dessas áreas temáticas e desse importante Conselho que hoje quase todos nós tomamos posse para tentar contribuir de maneira eficaz com o seu objetivo. Muito obrigado à Ministra Ana Arraes, e a todos os conselheiros. Um prazer conhecer aqueles que não conheço pessoalmente, tem muitos que conheço pelo nome, pela importância que todos têm na vida pública e na vida social do nosso país..

Ana Cristina Botelho | Muito obrigada, conselheiro Carlos Siqueira. A sua experiência na área jurídica, como presidente do PSB, nos traz esse olhar também dessa área partidária, o que é importante fazermos em termos de políticas emancipatórias, em relação à educação, porque ainda, infelizmente, estamos longe de atingirmos os patamares dos países que realmente investem pesado na educação. Mas, precisamos investir, precisamos conversar, dialogar, para ver como podemos sair dessa situação que não é nada boa no cenário mundial, em termos de educação, educação básica principalmente. Agradeço muito a sua participação, conselheiro. Passo a palavra à conselheira Cláudia Costin.

Conselheira
Cláudia Costin

Cláudia Costin | Boa tarde a todos e a todas. Eu queria saudar, particularmente, a presidente Ana Arraes, queria saudar o secretário Leonardo Albernaz, queria saudar também, eu posso chamar de você, Ana Cristina Pontes Botelho, que é a Secretária Executiva do Cecap. Dizer que eu tenho um histórico com o Tribunal de Contas da União que me é muito querido porque, quando nós começamos a pensar na reforma do aparelho do Estado – agradeço aos meus colegas conselheiros e , particularmente ao Alex, que lembrou dessa questão –, o Tribunal de Contas começou a discutir com o antigo Ministério da Administração e Reforma do Estado porque ele estava num esforço de se repensar, de valorizar mais as auditorias operacionais, de olhar para um ponto que foi muito destacado no documentário que nós assistimos. Eu também adorei a ideia do Tribunal falando por si próprio – que é a ideia de ajudar a melhorar o desempenho da administração pública. Eu fiz várias palestras para futuros integrantes e integrantes que acabaram de entrar no Tribunal de Contas, no corpo técnico e, muitas vezes, me pareceu o próprio Tribunal falando de auditorias um pouco ritualísticas, em que se controlava aquilo que era mais tangível, mais a gestão. O conselheiro Affonso Celso Pastore de alguma maneira destacou, às vezes o dinheiro não está desperdiçado numa diária ou numa passagem específica, que é mais fácil de controlar, mas num projeto mal desenhado e, nem sempre mal-intencionado. Mas, a perda de recursos por projetos mal desenhados também é significativa, não só a perda de recursos por falta de ética, que também precisa ser controlada. Tendo dito isso, primeiro eu queria dizer, colegas conselheiros, direção do Tribunal de Contas, que é uma grande honra integrar esse Conselho, especialmente ao lado de pessoas

que eu admiro muito, e queria aqui também destacar a doutora Ellen Gracie, que teve um papel tão importante em modernizar o judiciário. Tendo dito isso, vou comentar rapidamente onde é que eu me enxergo. Gostei do plano, gostei dos grupos. Acho que há outra maneira de organizar os grupos, mas faz sentido o que foi colocado para os grupos no Plano de Trabalho. Naturalmente, há temas que estão presentes em vários desses grupos. Não dá para pensar crescimento econômico sem olhar para um dos gargalos mais importantes para o crescimento econômico do Brasil, que é a questão da baixa produtividade do trabalho. E não dá para olhar para a baixa produtividade do trabalho, que está estagnada num patamar muito baixo há tempos, sem falar de educação. Então, a educação tem um lugar (inaudível). O conselheiro Carlos Siqueira, que me precedeu, falou um pouco disso, tem um lugar dentro da inclusão social, como a única política social realmente emancipadora, mas tem também em crescimento econômico. Vários pesquisadores têm mostrado o impacto da educação, de uma educação de qualidade – não basta ter acesso, a educação tem que ser de qualidade – para gerar crescimento econômico, porque aí de fato impacta a produtividade de trabalho. Não é o único fator que impacta a produtividade, mas é um fator importante. Um outro ponto que foi levantado aqui, é a questão da 4ª Revolução Industrial que vai, por um lado, acabar com o trabalho não digno. Eu vejo vantagens na tecnologia, mas, por outro, vai obrigar a educação a se repensar. Porque, oferecer para a nova geração só competências intelectuais básicas não vai mais ser suficiente, isso vai gerar desemprego, isso vai gerar uma série de problemas que precisam ser endereçados. Mesmo assim, eu me enxergo muito mais no grupo de inclusão social. Eu acho que eu tenho me voltado muito para a questão das políticas públicas, desde sempre, mas, em particular, para a política educacional. Aliás, queria também dizer que, em tempos em que bravatas são mais importantes do que políticas públicas, do que boa gestão de políticas públicas, é uma alegria ouvir conselheiros, todos que me antecederam, falando da importância da boa gestão da política pública. O populismo não gosta de políticas públicas. Nós precisamos resgatar quem quer construir um país. Não tem tempo para populismo, tem tempo para pensar em boas políticas públicas que resolvam os nossos problemas, e aí incluo a política econômica. Sim, eu sou plenamente favorável à austeridade fiscal, professor

Affonso Celso Pastore. Dá para fazer boas políticas públicas, bem desenhadas, num contexto de austeridade fiscal. E que é importante, não só em períodos de crise econômica, como estamos vivendo, para não desperdiçar o dinheiro do cidadão. Com essas palavras, quero dizer que concordo com esses grupos, acho muito interessante o papel do Cecap, e vou tentar contribuir ao máximo, em particular, com esse grupo de inclusão social, mas também olhando um pouquinho para o crescimento econômico, tão necessário. Muito obrigada.

Ana Cristina Botelho | Muito obrigada, conselheira Cláudia Costin. A senhora foi minha referência nos estudos de concurso para o TCU. Na época que eu estudava, tinha todo aquele material de reforma da administração pública, então estudei muitas das suas considerações, artigos e livros. É um prazer estar aqui com a senhora como conselheira do Cecap. Sua atuação na inovação em políticas educacionais, na FGV, revela seu perfil de preocupação com a inclusão social, a economia e a educação. Então, é um prazer tê-la aqui conosco. Sei que teremos, nesses grupos de trabalho, oportunidades excelentes de discussão e de chegarmos a pontos em comum sobre como poderemos avançar no controle externo, na avaliação e na boa gestão de políticas públicas. Afinal, não adianta apenas fazer políticas públicas, mas também desenhar boas políticas públicas mesmo em cenários de austeridade fiscal. Muito obrigada, conselheira Cláudia Costin. Em seguida, passo a palavra à conselheira Ellen Gracie.

Conselheira
Ellen Gracie

Ellen Gracie | Muito obrigada, Ana Cristina. A minha primeira palavra é para cumprimentar a Ministra-Presidente Ana Arraes, agradecer-lhe a honrosa nomeação para integrar este Conselho e, por tudo que eu ouvi até agora, senhora presidente, eu já posso manifestar a minha grande satisfação de estar em tão boa companhia. Cabeças pensantes, preocupadas com o futuro do Brasil, de diversas atividades diferentes, portanto, podendo contribuir multidisciplinarmente, o que é muito construtivo, eu só tenho palavras de agradecimento à vossa excelência. Eu gostaria de dizer, aos conselheiros e à Ministra-Presidente, que tive duas oportunidades de exercer administração no serviço público federal de grandes orçamentos. Quando fui presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que inclui Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e depois quando presidi o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça. Todas as vezes em que eu assumi tarefas administrativas, eu orientei meus auxiliares que, toda vez que chegasse alguém do Tribunal de Contas da União, era para estender o tapete vermelho e servir um cafezinho muito quente. Por quê? Porque eu sempre considerei que o Tribunal de Contas/os órgãos de controle são o melhor aliado do bom administrador. O administrador honesto, que quer ser eficiente, pode contar com o corpo altamente qualificado do Tribunal de Contas, para lhe dar respaldo. Como administradora pública, eu nunca pretendi, nem pretendo, persistir num erro, de modo que, toda vez que me pudesse ser apontado algum erro de gestão a tempo de corrigi-lo eu, não só ficava satisfeita, mas também procurava, a partir dali, seguir aquela orientação. Eu vejo, todavia, que muitos administradores públicos não têm essa visão e encontram, ainda hoje, no Tribunal de Contas, nos agentes do Tribunal de Contas, como que um

bicho papão, aquele que vai atrapalhar suas iniciativas, que vai impedir seu funcionamento, talvez os seus projetos, etc. Isso é uma coisa que foi mencionada, logo no início, pela Ana Cristina, que eu considero importante, uma boa divulgação, uma boa comunicação com aqueles que são os destinatários da atividade do Tribunal de Contas. Ou seja, é preciso que cada administrador público que se inicia na administração, saiba que conta com um grande aliado que é o Tribunal de Contas da União. Eu sei que, mais recentemente, houve já e já existe uma grande atividade dentro do Tribunal exatamente para mudar essa percepção e tornar o Tribunal muito mais consultivo dos bons administradores do que um órgão punitivo do mau administrador. Enfim, eu acredito, de todas as propostas que foram feitas dos quatro grupos de trabalho que foram propostos, estou de acordo com todos eles, acho que são linhas a serem desenvolvidas. Eu me permito apenas dizer, professor Pastore, que o desenvolvimento econômico, o crescimento econômico do país, em grande parte, senão na quase totalidade, depende daquilo que se chama segurança jurídica. Hoje, nós vemos um certo número já significativo de empresas deixarem o nosso país por esse motivo: falta de segurança jurídica. Nós temos, é claro, uma situação de intranquilidade política, vamos dizer assim, que é temporária, que é passageira. Mas nós temos uma outra situação que é muito preocupante, que é a falta de uma base jurídica ampla e estável para o país. Como é que se faz a segurança jurídica? Através, naturalmente, da legislação, uma legislação que seja coerente e que seja estável, e através da interpretação dessa legislação pelos órgãos judiciários. Eu vou dizer, e aqui puxando um pouquinho a brasa para a minha sardinha, que os órgãos judiciários avançaram bastante. Houve uma boa informatização do poder judiciário. Hoje todos os tribunais e os juízos de primeira instância atuam de forma eletrônica, se fazem sessões nos tribunais superiores de forma eletrônica. Nós temos a melhor justiça eleitoral, seguramente, do mundo, que é toda eletrônica, de modo que nós avançamos muito neste patamar. Prova disso é que o nosso atual Ministro da Economia se surpreendeu com o número de precatórios que lhe foram endereçados e disse que se tratava de um cometa. Não, não se trata. De duas, uma: ele não está em contato com a Advocacia Geral da União, que sabe que estes processos todos tramitam há dezenas de anos e deveriam chegar um dia ao seu final, ou ele então não avaliou adequadamente

a sua proposta orçamentária. De modo que nós temos que considerar que esta reforma do judiciário, que se deu com a Emenda Constitucional nº 45, afinal está tendo resultados. Temos uniformizado a jurisprudência, com isso acaba-se com um grande número de processos, especialmente tributários e previdenciários, porque a interpretação final é automaticamente aplicada a todos os casos semelhantes que se encontram em juízo. Esta é uma boa notícia do lado do judiciário. Eu usaria, Ministra Ana Arraes, este prestígio que tem o Tribunal de Contas da União junto ao Poder Legislativo, porque ninguém no mundo tem a quantidade de legislação que tem o Brasil. O número de leis atualmente em aplicação no País é enorme e, muitas delas são contraditórias, e muitas delas negam umas às outras. E, além disso, nós temos uma plethora de atos infraconstitucionais que são, muitas vezes, tão importantes quanto leis, diga-se as resoluções do Banco Central, diga-se as medidas da Previdência Social, enfim, é uma plethora legislativa que é impossível de alguém comandar. Então, o que podemos propor ao Poder Legislativo? Que haja uma consolidação dessa legislação, que haja uma simplificação da nossa legislação. Eu sei, os senhores sabem também, que já existe uma comissão dentro do Poder Legislativo, encarregada de fazer isso. Só que essa comissão, uma comissão digamos profissional, não tem nenhum incentivo a terminar o seu trabalho. Ela já existe há muitos anos, e vai continuar existindo e muito pouco se realiza. A minha proposta é uma proposta fatiada. Por exemplo, quem trabalha no setor de seguros e que tem assessorias jurídicas consideráveis, poderia encarregar-se de examinar toda a legislação e as regulamentações, que dizem respeito a seguros, e oferecer essa contribuição ao Poder Legislativo. Quem trabalha com educação, com saúde, a área bancária, faria outro tanto com seu setor. Ou seja, aquela legislação que hoje lhes causa problemas e dificuldades para poder, efetivamente, estar em *compliance* com todas elas. Essas contribuições, uma espécie de parceria público-privada entre o parlamento brasileiro e aqueles a quem se destina a legislação, serviria sim, sem dúvida nenhuma, para simplificar bastante. O Poder Legislativo poderia cancelar uma série de atos hoje inúteis, e nós daríamos ao país, aos investidores, àqueles que trabalham nesse país, um patamar de segurança muito melhor para executarem o seu trabalho. Essa é uma possível contribuição que nós, desde logo, poderíamos

fazer, dentro do grupo de trabalho talvez, de desenvolvimento econômico. Mas aí está também a inclusão econômica, porque não se faz inclusão social se não houver desenvolvimento econômico, não se faz infraestrutura se não houver desenvolvimento econômico e, transformação digital também depende de um desenvolvimento econômico sólido e sustentável. Não quero me alongar mais, sei que já excedi meu prazo, desculpem-me por isso. Apenas queria dizer da minha grande satisfação de estar presente nesse grupo. Muito obrigada.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos ter a senhora, uma jurista de renome internacional, no Cecap, entre nós, contribuindo. É um prazer. Eu sei que a senhora vai poder nos ajudar bastante nesse sentido de melhorar a administração pública. E, de fato, nós mudamos, buscamos mudar essa percepção do TCU de não ser mais aquele órgão só punitivo. Nós precisamos cumprir nossas competências constitucionais, mas hoje nós estamos numa vertente muito mais pedagógica do que propriamente punitiva, para que possamos evitar desvios de recursos públicos, má administração e má condução de políticas públicas. Para que possamos estar ao lado do administrador, porque nós, que estamos no papel de gestores, e a senhora já foi gestora, sabemos das dificuldades que os administradores enfrentam. Precisamos ter esse olhar para o administrador, fazer com que o controle tenha uma vertente bastante pedagógica. Muito obrigada à senhora conselheira Ellen Gracie. Passo a palavra, na sequência, para o conselheiro Fernando Rodrigues.

Conselheiro

Fernando Rodrigues

Fernando Rodrigues | Boa tarde a todos. Muito obrigado, em primeiro lugar, à Ministra Ana Arraes, presidente do TCU, pela minha recondução como conselheiro do Cecap. Tive o privilégio de servir 2 (dois) anos, e foi um período muito rico. Espero poder estar à altura também desse próximo período. Queria agradecer também a condução que a Ana Cristina está fazendo do processo e as informações que o Leonardo Albernaz nos prestou sobre os grupos. Queria cumprimentar também todos os conselheiros, muitos que eu conheço, alguns que eu não conheço, mas admiro. É um prazer, um privilégio realmente, poder compartilhar com todos dessa experiência. Olhando os grupos temáticos e ouvindo já alguns conselheiros que me antecederam, acho muito pertinente a preocupação apresentada pela primeira conselheira que falou, a conselheira Luiza Trajano, sobre uma preocupação importante que devemos ter de oferecer algo prático, durante o processo em que teremos assento nesse Conselho. Infelizmente, óbvio, como sabemos, esse Conselho não é um órgão deliberativo e nem executivo. Então é muito difícil também fugir daquilo que a Luiza falou sobre acabarmos aqui só fazendo um diagnóstico, dando opinião e fazendo ponderações sobre o que precisa ser feito. Com base em tudo que foi feito nos últimos 2 (dois) anos no Conselho, eu gostaria de sugerir, me atrai muito entre os grupos de trabalho, aqueles que falam sobre transparência pública, porque a transparência pública é uma ferramenta muito importante de gestão dos órgãos de Estado e, também, para a sociedade. O Brasil teve, depois de um debate de mais de uma década, em 2011, a sanção da sua Lei de Acesso a Informações Públicas, que é um diploma muito civilizatório e que ajuda muito na gestão da coisa pública, não só no plano federal como em todos os níveis de governo. E eu

acho que, nessa área, poderíamos considerar que é dentro tanto do social como de governança ajudar a sociedade. Nós aqui do Conselho poderíamos entender um pouco mais desses instrumentos que já existem – o Brasil é um país que não precisa talvez de mais leis, mas precisa que suas leis atuais, algumas muito boas, sejam colocadas em prática –, e ajudar a sociedade de alguma forma, analisando e propondo ações reais, para que essa Lei que completa agora 10 (dez) anos, em 2021, seja de fato usada a favor da boa governança pública. Só para lembrar, no início desse ano houve várias estatísticas, e um dos órgãos públicos que, infelizmente, teve dificuldades em cumprir a Lei de Acesso a Informações foi, justamente, o Ministério da Saúde, que está, nesse momento, enfrentando uma crise sanitária sem precedentes no Brasil e no mundo, que é a pandemia de Coronavírus. Eu não quero gastar todo o tempo, porque eu sei que todos os conselheiros se planejaram para falar até as 17 horas. Queria só deixar essa minha contribuição inicial, falando sobre um ponto específico que, me parece, tem muito a ver e muita aderência ao que faz o Tribunal de Contas da União, que é analisar dados públicos, sugerir políticas públicas e cobrar dos agentes públicos que cumpram determinadas normas que já existem. Queria focar um pouco, portanto, nesse tema que me parece importantíssimo, que é o acesso a dados públicos, para que a sociedade possa conhecer o que vem sendo feito, para que os gestores públicos, eles próprios, também tenham acesso que, muitas vezes, não têm, e para que as políticas públicas possam ser mais bem executadas. Eu acredito que o Conselho, embora não tenha poderes executivos, pode, como qualquer cidadão, requerer dados, obter informações e, daí, talvez produzir um relatório, ao longo do mandato dos atuais conselheiros, tratando desse tema que me parece vital. Sobretudo num momento em que informação correta, informação de qualidade, sem distorção, é uma ferramenta útil para que posamos aperfeiçoar a democracia que é praticada no Brasil. Eu gostaria de, novamente, agradecer o convite de estar aqui neste Conselho, à Ministra Ana Arraes, e dizer da minha alegria de poder compartilhar com todos aqui esse tipo de debate, que eu acho fundamental para que o Brasil venha a ser, algum dia, um país realmente com desenvolvimento sustentável e que, como disse o conselheiro Pastore, quem sabe possamos algum dia não termos miséria absoluta no país. Muito obrigado a todos.

Ana Cristina Botelho | Muito obrigado, conselheiro Fernando Rodrigues, que é da área jornalística e criador do jornal digital Poder 360, e tem uma larga experiência internacional tanto com trabalhos quanto com estudos nessa área jornalística. De fato, a transparência pública é uma preocupação de todos nós, e ela é essencial para que o controle social possa ser fomentado. Não pode haver controle social se não houver transparência. Precisamos ter, como base da administração pública, esse princípio da transparência. Muito obrigada. Eu queria reforçar que o nosso problema, como bem disse a conselheira Ellen Gracie, não é a falta de leis, nós precisamos usar bem as leis que nós temos. Estou vendo uma mão levantada, do conselheiro Sebastião Helvécio, eu queria perguntar se o conselheiro solicita uma prioridade.

Sebastião Helvécio | É isso mesmo, Ana. Permita-me a ousadia de pedir que eu pudesse antecipar a minha fala porque, por incrível que pareça, eu estou aqui em Brasília. Eu vim para uma reunião e, como havia a previsão desse encerramento até às 17 horas, eu marquei meu voo de retorno. Como alongamos um pouquinho, se fosse possível dar a minha fala agora, eu ficaria feliz, facilitaria o deslocamento para o aeroporto.

Ana Cristina Botelho | Acho que não temos objeção dos outros conselheiros. Passo a palavra ao senhor, conselheiro Sebastião Helvécio.

Conselheiro

Sebastião Helvécio

Sebastião Helvécio | Aprioristicamente, quero agradecer à nossa querida presidente, Ana Arraes, do Tribunal de Contas da União, esse honroso convite de poder participar de um colegiado tão qualificado e que pode realmente prestar um grande serviço à sociedade Brasileira. Para mim, é um orgulho muito grande poder estar participando ao lado de figuras, algumas conheço e militamos em várias situações de fortalecimento da administração pública e, outras que eu não tive oportunidade de estar presente, mas que admiro pelas suas biografias. É uma honra muito grande ter a oportunidade desse convívio. A minha fala vai basicamente ser focada em 2 (dois) aspectos que me parecem fundamentais. O primeiro deles, nesse encontro e em tantos outros que tenho participado, quer seja na vida acadêmica, quer seja no controle externo, que nós pouco discutimos, é a questão do princípio federativo. Na maioria das vezes, nós esquecemos que o Brasil é uma federação. E entre as 24 federações que existem no mundo, nós temos nome e sobrenome: República Federativa do Brasil. Sempre que pensarmos nesse projeto Brasil, é absolutamente fundamental termos essa concepção federativa para entendermos que a maioria dessas políticas públicas que são executadas, o são na forma de políticas públicas descentralizadas. Se não tivermos essa capilaridade para os 5.570 Municípios, 26 Estados e Distrito Federal, realmente não temos a noção da inteireza do Brasil. Acho muito importante sempre que tivermos, como teremos a oportunidade de fazer nesses 4 (quatro) grupos, cujos temas me parecem muito oportunos, evidentemente que poderemos incluir outros, mas estes 4 (quatro), pelo menos a mim pessoalmente, contemplam totalmente, todos eles deverão ser olhados de modo federativo. Não há como falar, por exemplo, em desenvolvimento, crescimento econômico,

sem ter em foco onde essas políticas de emprego e renda vão acontecer. Só para dar um exemplo bem otimista, dentro daquilo que a conselheira Luiza colocou, e que a nossa querida Ministra Ellen Gracie também destacou, dessa questão da efetividade da política pública. Eu cito um exemplo que é exatamente o caso da Lei Complementar nº 123 que, durante muito tempo ficou sem ser avaliada. Lá, no caso, o Tribunal de Contas de Minas Gerais. Assim que fizemos uma medição desse efeito, em apenas 1 (um) ano, nós encontramos mais de 890 milhões de reais em compras públicas exercitadas a partir de microempresas e empresas de pequeno porte, por essa atuação do controle externo. Esse é o primeiro ponto que eu sugiro que, dentro dessa ideia do desenvolvimento econômico, do crescimento econômico, nós possamos analisar as compras públicas como instrumento de políticas públicas. Esse é um aspecto que realmente me parece fundamental para promover o desenvolvimento local. Um segundo ponto, que eu também gostaria de contribuir, até pela minha experiência nos últimos 10 anos, é a questão da inclusão social pelas boas escolhas das políticas públicas. Acho que esse trabalho a que o TCU tem se dedicado, os Tribunais de Contas também, na medida em que não apenas verifica a conformidade, mas verifica o desempenho/o resultado dessas políticas públicas, certamente irá impactar muito a vida dos cidadãos. Para aqueles que não estão dentro da área do controle externo, é muito importante saber que, hoje, há uma convergência internacional para que o foco do controle externo seja exatamente a apreciação das chamadas auditorias operacionais, que verificam o desempenho, e um passo à frente. As chamadas avaliações preditivas, em que nós possamos estar perto do gestor para facilitar, dentro de um cenário conhecido, a melhor decisão possível. São essas as considerações que eu gostaria de fazer e, na sua figura, Ana, agradecer demais a todo corpo técnico do TCU que, sempre para nós é um exemplo de inspiração, não apenas pela qualidade, mas, sobretudo e principalmente, pelo compromisso em melhorar a administração pública brasileira. E aos conselheiros que tomam posse junto comigo, meu sentimento de gratidão de poder participar de um colegiado tão qualificado e fundamentalmente inspirador. Eu tenho certeza de que as minhas atividades serão muito melhores a partir dos exemplos que aqui visualizo. Um abraço. Muito obrigado.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos, conselheiro Sebastião Helvécio. O senhor foi pontualíssimo no tempo de 6 (seis) minutos. O senhor tem muita experiência no controle externo, é conselheiro do TCE de Minas Gerais, Vice-Presidente de Relações Institucionais do IRB, Instituto Rui Barbosa, doutor em Saúde Coletiva. O senhor tem uma experiência muito vasta, não só na área de controle externo, mas nessa área de saúde, políticas públicas. Tenho certeza de que vai poder contribuir bastante para nós. Vamos anotar essa questão federativa vinculada às políticas públicas, para que possamos trabalhar nesse sentido nos temas que estão no nosso Plano de Trabalho. Muito obrigada ao senhor, e até uma próxima oportunidade. Passo a palavra então ao conselheiro Leonardo Secchi.

Conselheiro

Leonardo Secchi

Leonardo Secchi | Obrigado, Ana Cristina. Queria cumprimentar todos os conselheiros e todas as conselheiras, em nome da nossa presidente Ana Arraes. É uma satisfação muito grande estar aqui, na verdade, é uma grande honra. Eu acho que todos os nomes que compõem esse conselho, realmente, dão arrepio. (inaudível) mesmo participar junto com vocês, tanto pela trajetória de vida, a contribuição pregressa e também potencial de impacto na administração pública brasileira. Como eu talvez seja um dos menos famosos, eu quero me apresentar. Dizer que sou professor de Administração Pública. Meu nome é Leonardo Secchi, sou da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Nesse momento, estou em Portugal - por isso que aqui já está meio escuro - fazendo pós-doutorado. Estou na Universidade de Lisboa, na área de Políticas Públicas. A minha participação no Cecap tem muito a ver com a minha atuação como presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública – SBAP. A SBAP é uma organização que congrega 30 programas de pós-graduação em Administração Pública e Políticas Públicas no Brasil, programas *stricto sensu*, mestrado e doutorado, e mais de 300 acadêmicos e práticos - pessoal que é associado à SBAP - que atua na produção de conhecimento teórico e aplicado para a área da administração pública e políticas públicas. Minha relação com o Cecap iniciou muito em torno da relação com a Ana Cristina, com o Instituto Serzedello Corrêa – ISC. No ano passado, tive oportunidade de dar aula no curso de especialização em controle de políticas públicas, no ISC, e foi uma experiência extraordinária. Todo mundo aqui que já elogiou o corpo técnico do ISC, o TCU como um todo, mas cito alguns nomes: Renata Pastos - que está aqui conosco - Flávio Pompeu, Maurício Gomyde, todo esse pessoal que organizou.

Os alunos também, as pessoas que fazem parte do Tribunal de Contas. É um pessoal muito qualificado - auditores, analistas - até conselheiros estaduais, até o ministro-substituto André Luiz de Carvalho fez parte daquele curso. Para mim, foi uma das grandes experiências, como docente, participar e tratar de muitos temas que estão sendo tratados aqui, de avançar sobre a análise de políticas públicas, sobre avaliação de políticas públicas, avaliação de evidências. Fazer com que, realmente, a política pública seja bem desenhada para que ela tenha maior chance de ser aplicada e ser implementada com efetividade. Eu acho que o meu papel aqui, como conselheiro, vai ser muito na construção dessas pontes entre a academia e a prática. Daí eu problematizo um pouquinho a questão que a conselheira colocou de às vezes falarmos que tem muita teoria. Mas a teoria é realmente uma base para a construção do conhecimento científico, seja ele em gestão, em saúde, combate à pandemia. A teoria dá base à inovação e à tecnologia, seja ela uma tecnologia física, social ou de gestão. Por isso que é importante fazermos com que cada vez mais a academia esteja à serviço da administração pública, que ela se revista daquela sua função de ciência social aplicada para transferência tecnológica, o conhecimento em ação e a aplicação desse conhecimento na administração pública. Quando eu falo na prática, estou falando não só nas organizações públicas. Tivemos várias pessoas aqui, conselheiro Alex Alves, Cláudia Costin, a conselheira Ellen Gracie, que foram grandes gestores, pessoas que atuaram junto à administração pública. Estou falando também nas organizações políticas - temos o Carlos Siqueira, representando um dos partidos, PSB, aqui no Brasil (presidente) - nas organizações da sociedade civil, nas comunicações - como o Fernando Rodrigues - e tantos outros que fazem parte aqui. Realmente, eu acho que esse pode ser o papel que podemos desempenhar: construir essa relação com as universidades, programas de pós-graduação, pessoal que produz conhecimento científico, tecnológico, para que esteja disponível para aplicação na análise de políticas públicas e avaliação de políticas públicas. Ana Cristina, com relação aos GTs, também faço só elogios, acho que são realmente temas transversais e muito importantes. Eu diria que, talvez, já foi problematizado, eu também problematizo um pouquinho, talvez o título do GT-1, que está como crescimento econômico, talvez fosse colocado como desenvolvimento econômico, para sair

de uma arapuca de crescimento, apenas atrelado a crescimento numérico de PIB, e assim por diante, uma visão um pouco mais ampla. Dentro dos GTs, talvez aquele que eu poderia me enquadrar é o da transformação digital, embora não seja a minha área de especialidade, a minha área é reforma administrativa, modelo de gestão. O que eu posso também fazer, acho que todo mundo aqui tem uma rede de contatos, é fazer com que esses GTs possam ser populados por pessoas que realmente atuam em cada uma dessas áreas colocadas para, realmente, articular aqueles que produzem conhecimento com o nosso Centro de Altos Estudos. Para que possamos trazer essas pessoas para nos ajudar a pensarmos essas diretrizes, esses produtos que podemos produzir junto com o Cecap, com pessoas que estão trabalhando na área. Coloco meu nome à disposição para o GT-4, mas, mais do que isso, colocando também à disposição a nossa rede de contatos, todos os programas de pós-graduação no Brasil, temos acesso a pessoas que estão na ponta nessas várias áreas que foram colocadas. Finalmente, queria agradecer novamente pela honra e o privilégio de estar aqui junto com vocês, agradecer à nossa presidente Ana Arraes, dizer que estou muito animado para colaborar com o Cecap, com o Instituto Serzedello Corrêa, continuar esse trabalho em parceira, e com o Tribunal de Contas da União como um todo. MUITÍSSIMO obrigado. Boa noite a todos.

Ana Cristina Botelho | Nós que agradecemos, conselheiro Leonardo Secchi. O senhor é muito modesto porque, com certeza, o senhor é mais conhecido do que pensa que é. Foi super bem avaliado na nossa pós-graduação, todos gostaram muito das suas aulas. É presidente da Associação Brasileira de Políticas Públicas, tem um conhecimento amplo na área de administração pública. Isso o credencia muito não só para dar aulas aqui na nossa pós-graduação no ISC, mas também para contribuir de uma forma muito efetiva com o Cecap. Muito obrigada. Passo a palavra então ao conselheiro Luiz Humberto Cavalcante Veiga.

Conselheiro

Luiz Humberto Cavalcante Veiga

Luiz Humberto Cavalcante Veiga | Quero, primeiramente, agradecer essa pessoa maravilhosa que é a Ministra Ana Arraes. Nós tivemos a oportunidade, eu tive a oportunidade, o privilégio de trabalhar junto com ela, na Câmara, quando ela foi deputada, na Comissão de Defesa do Consumidor. Nós trabalhamos juntos numa questão muito sensível, justamente nesse ponto de inclusão social, trabalhando com tarifas bancárias. Eu acho que o trabalho que foi feito na Comissão, na época, foi excelente. Favoreceu realmente um maior desenvolvimento e uma percepção da população com relação a essa questão das tarifas, e foi um grande ganho, eu acho, para a população como um todo. Quero agradecer também aqui à conselheira Tatiana Galvão, ela também fazia parte dessa equipe, na época. Dizer da minha total surpresa pelo convite e de estar ao lado de pessoas de tamanha importância, de tamanho legado, em alguns casos, com relação à evolução social e a evolução da administração pública brasileira. Quero agradecer também ao secretário Leonardo e à secretária Ana Cristina. Dizer da minha possibilidade de contribuição, porque eu sou uma pessoa que vim da iniciativa privada, na área de sistema financeiro. Eu saí da faculdade já dentro do sistema financeiro. Trabalho ligado ao sistema financeiro seja diretamente em instituições financeiras - no Banco Central já trabalhei durante 5 (cinco) anos - mas também na qualidade de consultor especialista em sistema financeiro, há mais de 18 anos. Estou há 30 e poucos anos trabalhando com assuntos relacionados ao sistema financeiro. Também tenho uma espécie de trabalho, que eu diria social, paralelo - difusão ou aumento do acesso das pessoas a conhecimentos financeiros mais sofisticados, que são negados às pessoas. Eu tento colaborar nesse sentido, trazendo informação para a maioria

da população que tenha interesse em conhecer um pouco mais isso daí. Quanto a minha participação nesse grupo, já tive oportunidade de colaborar com colegas do TCU em outra oportunidade, quando estávamos vendo algumas questões ligadas à bancos, à supervisão de bancos e tudo mais, então eu já tive oportunidade de participar. E me sinto, vou repetir, estou realmente muito feliz de estar aqui, surpreso por saber, mas, mais ainda, além de tudo isso, disposto a colocar o que for possível e o que for de interesse do grupo nesse conhecimento, nessa minha trajetória pelo sistema financeiro. Finalmente, até por conta do tempo aqui e com relação à questão que foi colocada, eu só entendo que - até mesmo logo no início a conselheira Luiza Trajano trouxe esse ponto, depois o conselheiro Carlos Siqueira também trouxe - os temas, eu acho que eles seriam melhores (inaudível). Eu sei que existe uma necessidade organizacional, que eu não estou querendo perturbar o que já foi desenvolvido, mas eles são muito interconectados. Até como o conselheiro Leonardo, que me antecedeu, falou - são temas transversais, na realidade, são todos paralelos, todos, inclusive a própria transformação digital dependeria um pouco das outras coisas. Desenvolvimento econômico, inclusão social e infraestrutura, que seria um pedaço, lógico que tem uma outra visão envolvida, mas elas estão basicamente dentro da mesma história. Finalmente, até em função de um outro trabalho que eu participo, em outro grupo, me surgiu uma informação, que veio até do Tesouro Nacional, sobre a questão das isenções fiscais, dos benefícios fiscais que são concedidos e da ausência de um responsável por esses benefícios, por acompanhar esses benefícios. Minha sugestão seria no sentido de que isso seja incluído na questão econômica também, do desenvolvimento econômico, porque é um local onde podemos tirar mais resultado ou reduzir esses benefícios para aumentar a questão da inclusão social. Eu agradeço, mais uma vez, e desejo boa sorte e um trabalho bastante proveitoso para todos.

Ana Cristina Botelho | Agradeço muito a participação do conselheiro Luiz Humberto Cavalcante Veiga, que é doutor em Economia pela UnB e tem ampla experiência nessa área de direito empresarial, econômico e financeiro. Sua expertise, com certeza, vai nos ajudar muito no Cecip. Que bom que o senhor já trabalhou com a ministra Ana Arraes, viu essa vertente dela, essa preocupação

com a inclusão social. Muito obrigada e até uma próxima oportunidade. Vou passar a palavra então à conselheira Maristela Baioni.

Conselheira

Maristela Baioni

Maristela Baioni | Boa tarde a todos. Queria agradecer, primeiro, pedir desculpas. Estou num hospital, a cirurgia da minha filha coincidiu hoje, então tive uma participação meio conturbada. Peço desculpas, mas vamos tentar estar com vocês. Não consegui escutar todos, mas tenho tentado acompanhar a discussão. Primeiro, queria começar agradecendo a presidente Ana Arraes pelo convite para participar desse honroso Conselho, cumprimentar o secretário Leonardo Albernaz, a doutora Ana Cristina. Mais uma vez, agradecer o convite, cumprimentar todos os conselheiros, muitos deles amigos meus de longa data. Começo mencionando uma preocupação expressada, essa semana, na abertura do Conselho da Assembleia Geral da ONU, pelo nosso secretário Antonio Gutierrez, que traz um alerta muito grande sobre a crise climática, o colapso da biodiversidade, a edificação dos oceanos, os conflitos, combinados com toda a crise da Covid-19. O secretário traz um grande alerta. Essas crises conjuntas geram impactos que interagem com as desigualdades existentes e promovem reversões significativas no desenvolvimento. Os desafios do desequilíbrio planetário econômico e social estão interligados, e eles interagem num círculo vicioso, cada um tornando o outro pior. Nesse sentido, o Pnud e a ONU têm apontado a necessidade de mudar esse caminho, produzindo transformações na forma como vivemos, como trabalhamos, como consumimos, como cooperamos. É preciso trilhar um novo e ousado caminho para a mudança e para a continuidade do desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, aliviar as pressões planetárias. Que novo caminho é esse? A ONU já vem trazendo, já vem discutindo a Agenda 2020-2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa é, para nós, a nova trajetória. A Agenda 2030 - acordada pelos países

membros da ONU, incluindo o Brasil - é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro das condições que o nosso planeta oferece, sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações. Considerando esse desafio do desenvolvimento humano sustentável, eu gostaria de sugerir o que se segue para o plano de ação do Cecap. Eu começo mencionando, olhando esse contexto macro mundial, e escutamos muito aqui de todos os conselheiros, com um olhar bastante interno ao Brasil, mas tentando colocar o Brasil nessa esfera mundial, fazendo parte desse planeta, queria fazer uma sugestão de toda e qualquer ação do plano fosse articulada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Por que isso? Para usar essa oportunidade para induzir uma atuação sistêmica e efetiva da Agenda 2030 pelo Brasil. O Brasil teve seus caminhos, vamos dizer assim, mais elevados, mais positivos, e menos tímidos, na adoção dessa agenda. O Brasil assumiu esse compromisso, mas ainda - vamos dizer assim - não fez todas as tarefas de casa, acho que tem um longo caminho para percorrer. Uma coisa importante que eu gostaria também de sugerir, é garantir que todas as ações e atividades promovidas pelo Conselho estejam respaldadas em referências e bases de dados que dialoguem com as metas e indicadores da Agenda 2030, dos ODS, fazendo uso de tecnologia e inovação, usando essa tecnologia e inovações a favor da construção de evidências para a formulação de políticas públicas, já vinculando as políticas públicas aos ODS. Gostaria também, e aí me perdoem a ousadia, mas gostaria de sugerir a pertinência de inclusão de uma outra temática, de 2 (duas) outras temáticas no plano, ou minimamente de 1 (uma) intersecção dessas temáticas no plano. Uma delas é a questão dos temas ambientais, que já foi bastante apontado aqui por vários dos conselheiros anteriores à minha fala, e da mudança do clima. Trazer essa abordagem com foco em soluções baseadas na natureza, que possam contribuir para uma análise crítica de políticas públicas com efeitos adversos ao meio ambiente. A segunda área que eu gostaria de trazer atenção - foi mencionada, mas me parece que exigiria um esforço mais concentrado - se refere ao tema da organização de centros de governo que possam impulsionar o planejamento e a coordenação de ações governamentais

de forma intersetorial, buscando o desejável equilíbrio social, ambiental e econômico - preconizado na Agenda 2030 -, garantindo planejamento de médio e longo prazo, evitando ciclos políticos que causem desvios, interrupções, em relação à rota previamente planejada de investimentos e prioridades. Acho que vivemos isso no Brasil de uma forma recorrente, de planos que não são levados à cabo ou planos que não são desenhados com base em evidências e que não permitem um olhar de médio e longo prazo para o País. Acho que esse é um grande desafio: pensar a construção, a formulação e o apoio a centros de governo. Acho que pode ter uma virada de página com relação a essa temática, mais especificamente com relação às temáticas que foram propostas pelo Plano de Trabalho. Gostaria de sugerir também a utilização de instrumentos técnicos e robustos nas análises, assegurando que as dimensões econômicas, sociais e ambientais sempre sejam olhadas de forma adequada, assegurando um retorno para a sociedade dos recursos públicos utilizados. No campo do crescimento econômico e infraestrutura, queria mencionar que o Pnud tem feito algumas análises, alguns estudos, usando metodologias bastante inovadoras, metodologias de análise *ex-anti* de custo-benefício de investimento - recém elaboramos no setor de energia e recursos hídricos. Modelagem de análises *ex-post*, construção de modelagens de algoritmos de equilíbrio geral para análise de impactos e choques. Acho que são algumas dessas metodologias - só estou citando algumas. Talvez elas possam constituir um banco de boas práticas ou lições aprendidas, que possam servir para a elaboração, para a decisão e priorização de projetos no país - projetos que sejam projetos estratégicos, não só no âmbito federal, mas também no âmbito subnacional, dos Estados e Municípios. Por fim, também queria sugerir aqui, no tema da inclusão social, acho que é bem importante impulsionarmos políticas públicas que promovam uma melhor focalização das populações vulneráveis por meio de uso de dados, de busca ativa, combinando ações de emergência com um conjunto de medidas para ampliar a resiliência dessas populações, que inclui: formação, acesso ao crédito, empreendedorismo, políticas de renda e emprego, rede de suportes e cuidados - como creches, especialmente para as mulheres que dependem disso -, promovendo o desenvolvimento de habilidades básicas e habilidades avançadas. O Pnud faz essa distinção muito clara entre habilidades básicas e

avançadas, em função muito do *gap* que estamos vendo, tanto um *gap* de classe, como o *gap* entre países. Hoje, os países mais avançados desenvolvem habilidades avançadas, enquanto no Brasil ainda estamos um passo atrás, que são as habilidades básicas. Acho que aqui tem outro espaço de construção bastante interessante. Na mesma linha que eu mencionei antes, acho que a construção de um banco de práticas e de sistematização de conhecimento para políticas sociais poderia ser bastante útil. O Conselho poderia, no âmbito desses grupos de trabalho, estar estimulando e promovendo. Uma outra ideia que surgiu, que gostaria de trazer à nossa discussão, é a possibilidade de construção de uma rede de universidades de suporte ao trabalho, sendo feito pelo Tribunal e pelos grupos de trabalho. Enxergo que há muito interesse das academias, tivemos várias pessoas representando a academia, mas, na realidade, constituir uma rede. O Pnud tem uma experiência bastante interessante que desenvolvemos, o “Pensando”, na qual fazíamos *workshops*, estudos, pesquisas etc., que chamávamos de “Pensando o Direito”, depois fizemos o “Pensando a Segurança Pública”, “Pensando a Defensoria Pública”. Eu acho que conseguimos alavancar um conjunto grande de universidades para fazer os pontos e contrapontos, construírem pareceres técnicos, soluções, poderia ser também interessante no âmbito do nosso trabalho. Para concluir, queria só mencionar a questão da transformação digital. Eu gostaria de trazer 2 (dois) pontinhos. Primeiro é a possibilidade de, por intermédio do trabalho que estamos fazendo no Cecap, estimular uma ampla frente de desburocratização, incentivando-a a acelerar ao máximo a digitalização dos processos ainda não digitalizados e incentivar a criação de unidades de inteligência de dados, de forma que esses dados sejam revertidos para as análises de políticas públicas. O segundo ponto seria incentivar a construção de políticas de acesso ao mundo digital, tanto da perspectiva da rede, como de equipamentos, de forma a reduzir o *gap* que se aprofunda cada vez mais entre as populações que têm acesso e aquelas que não têm. Estamos vendo isso acontecer, de uma forma muito triste, na área da Educação. Para terminar, eu queria propor também que o plano também tivesse um componente focado em comunicação. Por que isso? Porque acredito que seja muito importante para o Tribunal dar conhecimento à sociedade do que está sendo feito no âmbito do Cecap, no âmbito dos grupos de trabalho. Mas, mais do

que dar voz, acho que é um processo de construção de formação de opinião. Muitas das políticas públicas, alguns trabalhos que vão ser impulsionados, induzidos pelo trabalho do Cecip nesses 4 (quatro) grupos, se tivermos os grupos expandidos, permite a formação de opinião. Acho que garantir um instrumento de comunicação organizado, sistematização, para levar essas informações para a sociedade como um todo, olhando diferentes públicos - seja no Congresso, seja nos Estados, ou na sociedade como um todo - acho que é extremamente importante. Agora, terminando mesmo, a questão da participação dos grupos, o Pnud fica à disposição. Eu represento a coordenação do programa do Pnud no Brasil. Nós temos vários especialistas trabalhando com diferentes temáticas, obviamente, estamos à disposição. Eu, pessoalmente, estou à disposição dos grupos de trabalho. Acredito que, nas 4 (quatro) áreas, o Pnud teria condições de contribuir alocando algumas das nossas equipes e mobilizando a rede internacional do qual faz parte. Trazer conhecimento, apoiar esse intercâmbio, sistematizar conhecimento e fazer esse meio de campo, acho que é outra faceta do trabalho dos organismos internacionais, para o qual estamos aqui à disposição de vocês para ajudar. Agradeço demais a participação e fico à disposição. Obrigada a todos.

Ana Cristina Botelho | Muito obrigada, conselheira Maristela Baioni, que também é da área de economia e trabalha no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Realmente, essa Agenda 2030 é muito importante para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Não podemos pensar nesses objetivos sem cooperação, sem inovação, sem pensar em direitos humanos, em meio ambiente. São muitas as ideias que a senhora trouxe, ainda bem que estamos gravando porque, realmente, foram várias sugestões, em função da sua experiência no Pnud. Muito obrigada pela sua participação. Esperamos nos ver em outras oportunidades em breve. Por fim, chamo a conselheira Tatiana Corrêa Galvão.

Conselheira

Tatiana Corrêa Galvão

Tatiana Corrêa Galvão | Boa tarde. Quero cumprimentar todos os conselheiros, especialmente o Alex Alves, o Carlos Siqueira e o Humberto Veiga, com quem já trabalhei. Estou honrada em trabalhar com todos os outros. Eu concordo com tudo que foi dito, serei muito breve. Eu vejo necessidade de se estabelecer subgrupos nos 4 (quatro) grupos, porque eles estão entrelaçados. A sustentabilidade pode ser vista pelo espectro do crescimento econômico, da inclusão social, da infraestrutura e da transformação digital, como educação. Então, acho que poderia se fazer subgrupos, dentro de cada grupo, nesses 2 (dois) temas. Para que possamos ter uma visão de cada matéria separada e, depois, fazer o entrelaçamento da conclusão. Gostaria de destacar aqui a fala do doutor Pastore, que é a interlocução com o mundo exterior, que eu acho muito necessária no TCU. Os auditores são muito fechados, e eles precisam conhecer o mundo exterior até para fiscalizar melhor. A necessidade de se promover auditoria operacional, visando mais os resultados e menos a burocracia, o processo burocrático. Eu vejo que, hoje, o processo burocrático é mais importante do que o finalístico, desvirtuando a burocracia. E dentro dos 4 (quatro) temas dos grupos, isso pode ser avaliado e discutido. A doutora Maristela falou do banco de práticas, que acho excelente. Um banco de práticas que traga essa atividade, as ações, as políticas públicas, acho que são temas que devem ser discutidos por esse Conselho, trazer uma proposta efetiva que traga benefícios efetivos à população. Eu não vou usar o tempo inteiro, vocês já falaram bastante e eu concordo com o que vocês disseram. Então eu seria redundante se eu usasse o tempo todo para falar. Agradeço a todos e os cumprimento.

Ana Cristina Botelho | Muito obrigada, conselheira Tatiana Galvão, seus estudos na área de políticas públicas e diplomacia são muito importantes no contexto do Cecap. De fato, temos esses grupos em temas mais transversais e bem amplos, com certeza, dentro desses grupos teremos subgrupos para tratar de temas específicos de um tema maior. Com certeza vão ser discutidas questões amplas dentro desses grupos de trabalho. Com certeza, também essa interlocução com o mundo exterior é muito importante para o Tribunal, tanto que estamos aqui, no Cecap, com membros da sociedade, para que possamos ter essa visão multidisciplinar. Os Conselheiros têm suas formações específicas, suas experiências, e isso nos é muito importante para que possamos conduzir os trabalhos do Cecap, para que possamos realmente ter esse banco de práticas e efetividade nas políticas públicas. Falamos tanto aqui em políticas públicas, é isso que desejamos para melhorar nosso Brasil, principalmente, nesse período tão difícil de pandemia e pós-pandemia. Muito obrigada a todos. Eu passo a palavra ao Leonardo Albernaz, Secretário-Geral de Controle Externo do TCU, para que possa se pronunciar em relação ao Plano de Trabalho e fazer o encerramento da nossa reunião do Cecap.

Leonardo Albernaz | Obrigado, Ana Cristina. Queria agradecer, certamente, todas as participações dos nossos conselheiros e conselheiras, todas as diversas contribuições, nossa equipe estava registrando tudo. Eu, pessoalmente, tomei nota de vários pontos, para não perdermos nada. Além da gravação, temos uma equipe coletando, de uma forma geral, as contribuições que certamente enriquecem, que complementam, e que vão mostrar caminhos para que possamos detalhar a atuação nos grupos de trabalho para o nosso Plano de Trabalho. A partir desse registro de hoje, iremos processar essas informações e fazer esse compromisso, Ana Cristina, de dar um retorno para todos os conselheiros sobre o que foi dito, sobre o que foi colocado em relação ao Plano de Trabalho, em relação a cada um dos grupos, para que possamos incorporar dentro dos GTs as diversas sugestões. Alguns temas apareceram em diversas falas, a questão da mudança climática, a da sustentabilidade ambiental. Claro, você sempre pode tratar isso como um grupo específico ou, como disse a Tatiana no final, você pode tratar como um tema transversal, que pode fazer

parte, por exemplo, de subgrupos nos GTs. Como temos uma quantidade grande de conselheiros que não estão mais conosco por causa do adiantado da hora, o que vamos fazer é colocar essa proposta, encaminhar para vocês, para os conselheiros e conselheiras, para pedir a aprovação de vocês quanto ao Plano de Trabalho com esses detalhamentos, com esses ajustes, em que incorporaremos várias sugestões. São várias mesmo, cada um dos conselheiros trouxe diversas sugestões. Além disso, ao entrarmos em contato para enviar o Plano de Trabalho com esse ajuste no detalhamento e na descrição dos grupos, vamos pedir para vocês confirmarem em qual GT gostariam de atuar. Também iremos pedir sugestões, o Leonardo Secchi mencionou isso explicitamente, devemos pedir isso para todos, sugestões de outros nomes que possam contribuir, participando dos GTs - seja com uma participação mais ativa, seja pontual - mas ainda assim, que possa ser contributiva, indicando pessoas, organizações, associações, que possam atuar e interagir conosco. Acho que isso vai ser um ponto bem importante. Vamos entrar em contato com vocês também por meio eletrônico, para pedir isso. De uma forma geral, a ideia aqui era apresentar o Plano de Trabalho, termos uma aprovação em linhas gerais. Acho que obtivemos isso, ou seja, os grupos de trabalho, acho que houve uma ampla concordância com a incorporação das sugestões que viram. Outro ponto importante, de certa forma, é colocar que a próxima Reunião Ordinária do Conselho do Cecap será realizada no primeiro semestre de 2022. Até lá, teríamos reuniões dos grupos de trabalho conforme a agenda de cada um dos GTs, mas a reunião desse Conselho Superior todo aqui seria no primeiro semestre de 2022. Eu perguntaria se alguém quer fazer alguma ponderação sobre isso, alguma sugestão sobre esses encaminhamentos.

Alex Alves | Leonardo, mandei no chat uma sugestão, claro que é apenas uma sugestão para que aqui os senhores possam avaliar, seria uma sugestão de reagrupamento, simplificando em 3 (três) temas. Queria só fazer uma breve explicação sobre essa sugestão: diante de tudo que foi falado, me parece que *desenvolvimento econômico* abrange de forma mais completa as questões afetas à economia, melhor então seria essa nomeação em vez de *crescimento econômico*. E a inclusão social, me parece, também está plenamente associada

a essa questão. Então, eu sugeriria, que sejam agrupadas, até porque, provavelmente, os conselheiros vão ter interesse nos dois, é muito provável que haja interesse dos conselheiros em participar dessas duas discussões. A questão ambiental surgiu em vários momentos, e muitas vezes é vista como antagônica às questões de infraestrutura. A melhor solução para resolver esse antagonismo é colocar o pessoal para dialogar. Áreas de infraestrutura, órgãos de infraestrutura, com áreas, por exemplo, do TCU, que cuidem dessa questão de meio ambiente, e outros órgãos da seara ambiental. Outra sugestão seria tratar do tema da sustentabilidade não na parte de desenvolvimento econômico – também faz parte claro –, mas trazer para o diálogo com a infraestrutura. Por fim, a questão da comunicação – que também é muito conectada com transformação digital – trazendo também aspectos de governança, já que há um componente disso em transformação digital. Faríamos um grande grupo de governança, comunicação e transformação digital. É uma proposta, claro, surgida dos debates, que eu gostaria apenas que fosse considerada. Podemos também aprovar na modalidade original e tratar desses temas dentro dos 4 (quatro) grupos originais, sem problema. Mas, gostaria que isso fosse considerado nas reflexões que vocês forem fazer.

Leonardo Albernaz | Alex, levaremos a sugestão para o Comitê Técnico, para considerar. Foi de lá que surgiram as propostas originais, para vermos a viabilidade, e considerando também todo o conjunto de sugestões dadas pelos demais conselheiros. Aí daremos esse retorno para as senhoras e para os senhores, via meio eletrônico, para ver se os atende e se conseguimos fechar com vocês os GTs para o Plano de Trabalho desse primeiro ano. Obrigado, Alex. No último ponto, você falou, e me lembrou um pouco do Fernando Rodrigues falando, sobre a questão da transparência e, talvez, não pareça tão claro quando falamos só em transformação digital, embora seja voltado para a qualificação do Estado. Ana Cristina, mais algum ponto? Ou só agradecemos e encerramos?

Ana Cristina Botelho | Agradecemos e encerramos. Mas, considerando que a Ministra está aqui, Léo, queria passar a palavra para ela, para ver se ela tem alguma consideração, ou só para se despedir mesmo. Ministra.

Ana Arraes | Quero agradecer a presença de todos, elogiar as considerações de cada um dos senhores, que foram proveitosas. Que possamos realizar outras coisas, considerando o que nós conversamos, que não é uma conversa que termina, é uma conversa que inicia outros destaques e ações que venhamos a fazer.

Ana Cristina Botelho | Muito obrigada, Ministra. Foi um prazer tê-la aqui conosco todo esse período. Realmente nos alongamos, mas eu não me senti à vontade para quebrar nenhuma discussão, nenhuma fala, porque, para mim, foram todas muito valiosas, para que possamos prosseguir nos nossos trabalhos. Agradeço muito a participação de todos os conselheiros e conselheiras, da Ministra, dos colegas do Tribunal, de todos que colaboram conosco no Cemap, e dizer que estamos aqui à disposição para o que precisarem. Entraremos em contato em breve. Muito obrigada a todos e a todas.

Ana Arraes | Boa tarde a todos.

MISSÃO

*Aprimorar a Administração
Pública em benefício da sociedade
por meio do controle externo.*

VISÃO

*Ser referência na promoção de
uma Administração Pública
efetiva, ética, ágil e responsável.*